



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS  
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**JÔNATAS NOBRE DA SILVA**

**EVIDENCIAÇÃO DE ITENS AMBIENTAIS: O CASO DAS MAIORES  
EMPRESAS DO SEGMENTO DE PAPEL E CELULOSE DA REVISTA  
DINHEIRO EM 2008**

**SOUSA - PB  
2010**

**JÔNATAS NOBRE DA SILVA**

**EVIDENCIAÇÃO DE ITENS AMBIENTAIS: O CASO DAS MAIORES  
EMPRESAS DO SEGMENTO DE PAPEL E CELULOSE DA REVISTA  
DINHEIRO EM 2008**

**Monografia apresentada ao Curso de  
Ciências Contábeis do CCJS da  
Universidade Federal de Campina  
Grande, como requisito parcial para  
obtenção do título de Bacharel em  
Ciências Contábeis.**

**Orientadora: Professora Ma. Thaiseany de Freitas Rêgo.**

**SOUSA - PB  
2010**

**JÔNATAS NOBRE DA SILVA**

**EVIDENCIAÇÃO DE ITENS AMBIENTAIS: O CASO DAS MAIORES EMPRESAS DO  
SEGMENTO DE PAPEL E CELULOSE DA REVISTA DINHEIRO EM 2008**

Monografia apresentada em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2010, como Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Contábeis, da Universidade Federal de Campina Grande, como pré-requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis e julgada como adequada pela banca examinadora.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Thaiseany de Freitas Rêgo – Prof.<sup>a</sup> MSc.  
Orientadora

---

Examinador (a)

---

Examinador (a)

## DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Por este termo, eu abaixo assinado, assumo a responsabilidade de autoria do conteúdo do referido Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado: **"EVIDENCIAÇÃO DE ITENS AMBIENTAIS: o caso das Maiores empresas do segmento de Papel e Celulose da REVISTA DINHEIRO em 2008"**, estando ciente das sanções legais previstas referentes ao plágio. Portanto, ficam, a instituição, o orientador e os demais membros da banca examinadora isentos de qualquer ação negligente da minha parte, pela veracidade e originalidade desta obra.

Sousa/PB, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2010.

**JÔNATAS NOBRE DA SILVA**

**Autor (a)**

**Aos meus pais.**

**Nas grandes batalhas da vida,  
o primeiro passo para a vitória é o desejo de vencer.  
(Mahatma Gandhi)**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, inicialmente à Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, direção e funcionários, pela disposição em ajudar no que fosse preciso.

Aos professores, pelos ensinamentos, ajuda e apoio, em especial à professora orientadora, MSc. Thaiseany de Freitas Rêgo, por seus conselhos e sugestões.

Aos meus colegas, pelo companheirismo e os bons momentos compartilhados.

Por fim, agradeço a toda a minha família, pela confiança em mim depositada na conclusão deste estudo.

## RESUMO

A evidenciação de informações ambientais representa uma ferramenta que permite a transparência econômico-financeira e que também pode ser usada como instrumento de *marketing* pelas empresas, uma vez que elas conseguem reconhecimento das suas atividades diante do meio ambiente e facilitam a obtenção de créditos junto às instituições financeiras. Ante ao exposto, o objetivo do presente estudo consiste em verificar se as maiores empresas do segmento de Papel e Celulose em 2008, denominadas pela REVISTA DINHEIRO, evidenciam informações relacionadas à contabilidade ambiental. Para tanto, a metodologia utilizada baseou-se em estudos bibliográficos e documentais (relatório de administração, relatório de sustentabilidade, notas explicativas, balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício), sendo selecionadas três empresas, entre as cinco denominadas pela REVISTA DINHEIRO no ano de 2008, haja vista que essas negociam suas ações na BOVESPA e são obrigadas a divulgar as demonstrações contábeis. Diante dos dados estudados, verificou-se a divulgação de 60,30% de itens ambientais no ativo, bem como uma predominância em 74% de itens contábeis ambientais, divulgados no relatório de sustentabilidade e a inexistência de modelo padronizado de divulgação que permita o estudo comparativo das informações relacionadas à Contabilidade Ambiental.

**Palavras-Chave:** Evidenciação. Informações contábeis. Itens ambientais.

## ABSTRACT

The disclosure of environmental information is a tool for economic and financial transparency and can also be used as a marketing tool by companies, once they get recognition of their activities on the environment and facilitate the crediting institutions together financial. Faced with the above, the purpose of this study is to verify that the largest segment of Pulp and Paper in 2008, named by MONEY MAGAZINE, show information related to environmental accounting. For this purpose, the methodology was based on bibliographic and documentary studies (management report, sustainability report, notes, balance sheet, income statement for the year), three companies were selected among the five named by MONEY MAGAZINE year 2008, considering that these trade their shares on the BOVESPA and they required to disclose financial statements. From the data studied, there was a release of 60.30% items in environmental assets as well as predominance in 74% of environmental accounting items, as disclosed in the sustainability report and the lack of standardized disclosure model that allows the comparative study information related to Environmental Accounting.

**Key-words:** Disclosure. Accounting information. Environmental items.

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> – Divulgação de itens ambientais da Suzano .....	48
<b>Gráfico 2</b> – Divulgação de itens ambientais da Klabin .....	49
<b>Gráfico 3</b> – Divulgação de itens ambientais da VCP .....	50
<b>Gráfico 4</b> – Divulgação de itens ambientais no segmento de Papel e Celulose .....	51
<b>Gráfico 5</b> – Divulgação de itens ambientais nos relatórios da Suzano .....	52
<b>Gráfico 6</b> – Divulgação de itens ambientais nos relatórios da Klabin .....	53
<b>Gráfico 7</b> – Divulgação de itens ambientais nos relatórios da VCP .....	54
<b>Gráfico 8</b> – Divulgação de itens ambientais nos relatórios do segmento de Papel e Celulose .....	55

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1 – Critérios e pontuação de classificação das maiores empresas do Brasil.....</b>	<b>20</b>
<b>Quadro 2 – Classificação das maiores empresas no setor de papel e celulose 2008 .....</b>	<b>21</b>

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>art.</b>	artigo
<b>apud</b>	citado por, conforme, segundo
<b>BOVESPA</b>	Bolsa de Valores de São Paulo
<b>BP</b>	Balanço Patrimonial
<b>CF</b>	Constituição Federal Brasileira
<b>CFC</b>	Conselho Federal de Contabilidade
<b>CVM</b>	Comissão de Valores Mobiliários
<b>DFC</b>	Demonstração dos Fluxos de Caixa
<b>DLPA</b>	Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados
<b>DMPL</b>	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
<b>DOAR</b>	Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos
<b>DRE</b>	Demonstração do Resultado do Exercício
<b>DVA</b>	Demonstração do Valor Adicionado
<b>et al.</b>	e outros
<b>etc.</b>	e os restantes; e outras coisas mais
<b>FASB</b>	Financial Accounting Standards Board
<b>m</b>	metro
<b>MP</b>	Medida Provisória
<b>n.</b>	Número
<b>NE</b>	Nota Explicativa
<b>NPC</b>	Norma e Procedimento de Contabilidade
<b>p.</b>	página
<b>Quant.</b>	Quantidade
<b>RA</b>	Relatório da Administração
<b>RS</b>	Relatório de Sustentabilidade
<b>S.A.</b>	Sociedade Anônima
<b>séc.</b>	século
<b>t</b>	tonelada
<b>VCP</b>	Votorantim Celulose e Papel

## LISTA DE SÍMBOLOS

<b>%</b>	Percentual ou porcentagem
<b>US\$</b>	Dólar
<b>§</b>	Parágrafo
<b>R\$</b>	Real

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>15</b>
<b>1.1</b>	<b>Delimitação do tema e problemática</b>	<b>16</b>
<b>1.2</b>	<b>Objetivos</b>	<b>17</b>
1.2.1	<i>Objetivo geral</i>	17
1.2.2	<i>Objetivos específicos</i>	18
<b>1.3</b>	<b>Justificativa</b>	<b>18</b>
<b>1.4</b>	<b>Metodologia</b>	<b>21</b>
1.4.1	<i>Universo da pesquisa</i>	21
1.4.2	<i>Procedimentos de coleta de dados</i>	22
1.4.3	<i>Apresentação e interpretação de dados</i>	23
<b>2</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b>	<b>25</b>
<b>2.1</b>	<b>Evidenciação Contábil das Informações Ambientais</b>	<b>25</b>
2.1.1	<i>Informação contábil</i>	26
2.1.2	<i>A evidenciação e os objetivos da contabilidade</i>	29
2.1.3	<i>Métodos de evidenciação</i>	29
2.1.4	<i>Princípios contábeis ambientais</i>	30
2.1.4.1	<i>Princípio da precaução</i>	31
2.1.4.2	<i>Princípio do desenvolvimento sustentável</i>	31
2.1.4.3	<i>Princípio do poluidor pagador</i>	32
2.1.4.4	<i>Princípio da informação</i>	32

<b>2.2 Demonstrações Contábeis Obrigatórias.....</b>	<b>33</b>
2.2.1 <i>Balanco Patrimonial.....</i>	36
2.2.2 <i>Demonstração do Resultado do Exercício.....</i>	38
<b>2.3 Informações Complementares as Demonstrações Contábeis.....</b>	<b>39</b>
2.3.1 <i>Notas Explicativas.....</i>	40
2.3.2 <i>Relatório da Diretoria ou Relatório da Administração.....</i>	41
2.3.3 <i>Informações entre Parênteses.....</i>	43
2.3.4 <i>Quadros Suplementares.....</i>	43
2.3.5 <i>Demonstrações Suplementares.....</i>	43
2.3.6 <i>Balanco Social.....</i>	44
<b>2.4 Informações ambientais nas demonstrações contábeis tradicionais.....</b>	<b>45</b>
<b>3 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....</b>	<b>47</b>
<b>3.1 Itens ambientais.....</b>	<b>47</b>
<b>3.2 Instrumentos de divulgação.....</b>	<b>51</b>
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>56</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>58</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>61</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>63</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Há tempos remotos os seres humanos caracterizavam-se pela subsistência, onde, viviam da caça, da pesca e da coleta de frutos e raízes, e ainda pela utilização de pequenas e simples ferramentas feitas de ossos, dentes de animais e de pedra lascada, sem necessariamente modificar significativamente o meio em que viviam.

Tempos depois o homem passa a desenvolver a agricultura e a criação de animais em locais fixos, não tendo mais a necessidade de ser nômade. A partir desse momento, começa a desenvolver novos tipos de ferramentas e ter outra relação com o meio ambiente, interferindo cada vez mais na fauna, na flora e em outros recursos naturais, sem imaginar a possível escassez desses recursos.

Contudo, segundo Dias (2009) com a Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra, na segunda metade do século XVIII, é possível observar a situação de destruição ambiental, em contrapartida ao desejo de enriquecimento humano e do consumismo acelerado. Nesse período foi utilizada grande quantidade de energia e recursos naturais, os quais não foram repostos, provocando degradação ao meio ambiente. Entre as consequências ambientais negativas podemos citar a poluição do ar, o uso excessivo de recursos naturais renováveis e não renováveis, bem como o crescimento desordenado da população.

Ainda de acordo com Dias (2009), nos últimos três séculos, o desenvolvimento tecnológico da humanidade, com sua capacidade de produção e controle de elementos naturais, tem provocado danos ao meio ambiente e à humanidade, como o acidente ocorrido na usina nuclear de Chernobyl em 1986, na Ucrânia, no qual foi lançada uma grande quantidade de urânio, o que provocou dezenas de mortes e consequências drásticas aos países europeus.

Com o surgimento de transnacionais na Alemanha, França e Inglaterra, bem como em países subdesenvolvidos, observa-se uma diminuição nas fronteiras comerciais, que acabou por introduzir o culto ao consumismo e à competitividade. Nesse sentido, a sociedade tem se preocupado em pensar sobre até que ponto o desenvolvimento econômico é capaz de mudar o mundo. Para Dias (2009) a preocupação com o meio ambiente assume grande proporção, devido aos efeitos relacionados aos desequilíbrios ambientais, incluindo agentes envolvidos na busca por um desenvolvimento sustentável.

Observa-se que o Estado com o objetivo de manter o equilíbrio ecológico, busca formas de preservar e proteger o meio ambiente que deve ser encarado como um bem público e,

portanto pertencente a toda a população, devendo planejar e fiscalizar o uso desse item tão importante para a humanidade.

As empresas retiram da natureza os recursos necessários à fabricação de seus produtos e assim modificam o ambiente no qual estão inseridas. Por isso, atualmente, essas empresas vem sendo pressionadas pela sociedade, que vem desenvolvendo, com a ajuda da mídia, a responsabilidade sócio-ambiental em relação ao grau e às consequências que a degradação ambiental vem provocando no mundo, o que acaba por incentivar as empresas a buscarem formas de desenvolvimento econômico menos agressivas ao meio ambiente.

Assim conforme trata Paiva (2006) surge a Contabilidade Ambiental, cuja maior preocupação consiste na preservação do meio ambiente, pois, através de registros e relatórios, fornecem informações relevantes sobre o comprometimento ambiental das entidades como os recursos ambientais locais. O uso dessas informações é útil ao processo de tomada de decisão dos mais diversos usuários, como o Governo, a própria administração da entidade e a sociedade que, conscientes da importância dos ecossistemas, buscam na contabilidade apoio ao planejamento e realização de ações beneficentes à conservação e melhor aproveitamento dos recursos naturais.

### **1.1 Delimitação do tema e problemática**

Com a denominada globalização, que permitiu a aproximação dos povos, estudiosos e acadêmicos da área contábil tem discutido, ao longo do tempo, a propagação das informações contábeis nas suas várias formas de evidenciação, bem como qual a importância para as empresas em divulgar informações de caráter contábil-ambiental.

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em meio ao que determina a Resolução CFC nº. 774/1994, Item 1.4, declara que o objetivo da contabilidade consiste em “prover os usuários com informações sobre aspectos de naturezas econômica, financeira e física do patrimônio da entidade e suas mutações”. Dessa forma, a contabilidade não se preocupa apenas com a escrituração de fatos contábeis, mas também com a evidenciação de tais fatos, e para isso utiliza diversas formas de divulgação.

Contudo, a grande dificuldade consiste em evidenciar informações que sejam úteis para o processo de tomada de decisão dos mais diversos públicos, e enquanto os usuários internos procuram informações que auxiliem na tomada de decisões, os externos buscam as que

gerem informações financeiras que permitam averiguar a real situação da empresa e qual a sua relação com o meio ambiente.

Diante disso, o presente estudo preocupa-se com a análise sobre a evidenciação de fatos contábeis ambientais, observando para isso as maiores empresas do segmento de papel e celulose do nosso país, em 2008, e como pré-requisito para atingir os objetivos do estudo, buscou-se estabelecer a delimitação do problema de pesquisa.

Silva (2006, p. 45) destaca que o problema representa “fenômenos ou fatos que ainda não possuem explicações ou soluções, e que são objeto de discussão, na área de domínio do conhecimento em estudo”.

Nessa perspectiva, o problema do estudo foi elaborado com o intuito de verificar o grau de evidenciação de informações relacionadas à responsabilidade ambiental de nosso país no ano de 2008, com as maiores empresas do segmento de papel e celulose, listadas pela Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) e enumeradas pela REVISTA DINHEIRO (2009), cuja investigação irá se dar com a análise das demonstrações das empresas.

Com base nas informações aqui apresentadas e considerando a relevância do tema para o processo de gestão empresarial, formulou-se a seguinte questão-problema: **As maiores empresas do segmento de Papel e Celulose em 2008, denominadas pela REVISTA DINHEIRO, evidenciam informações relacionadas à contabilidade ambiental?**

## 1.2 Objetivos

Após a definição do tema e do problema da pesquisa, sucede-se a etapa de confecção dos objetivos, com o propósito de especificar o que se pretende alcançar e quais os melhores caminhos a serem seguidos para torná-la passível de realização.

### 1.2.1 *Objetivo geral*

Analisar se as maiores empresas do segmento de Papel e Celulose em 2008, denominadas pela REVISTA DINHEIRO, evidenciam informações relacionadas à contabilidade ambiental.

### 1.2.2 *Objetivos específicos*

- Averiguar se as maiores empresas do segmento de Papel e Celulose em 2008, denominadas pela REVISTA DINHEIRO, publicam informações relacionadas à contabilidade ambiental;
- Identificar quais os instrumentos de evidenciação adotados pelas maiores empresas do segmento de Papel e Celulose em 2008, para itens ambientais;
- Verificar se as maiores empresas do segmento de Papel e Celulose em 2008 utilizam algum modelo padronizado que permita o estudo comparativo das informações relacionadas à contabilidade ambiental.

### 1.3 **Justificativa**

Desde os tempos primitivos o homem tinha por necessidade tomar decisões. De início eram simples e relativamente fáceis de serem tomadas. Hoje, com o avanço histórico e tecnológico, suas decisões tornaram-se mais complexas e relevantes, e quando elaboradas de maneira errada trazem consigo riscos. Assim, a tomada de decisão é hoje uma atitude de suma importância, principalmente nas empresas que lidam com um grande patrimônio, pois uma decisão certa pode levá-las ao sucesso, assim como uma incorreta pode levá-las ao fracasso.

O objetivo da Contabilidade pode ser estabelecido como sendo o de fornecer informações estruturadas de natureza econômica, financeira e, subsidiariamente, física, de produtividade e social, aos usuários internos e externos à entidade objeto da Contabilidade (IUDÍCIBUS e MARION, 2002).

Portanto, a contabilidade deve fornecer, com transparência e qualidade, informações úteis aos usuários internos e externos da entidade, de modo a orientá-los no processo de tomada de decisão. Para isso, fizeram-se necessário criar mecanismos contábeis, como as demonstrações econômico-financeiras obrigatórias e outros relatórios não-obrigatórios, que permitem ao contador evidenciar informações patrimoniais e financeiras com mais objetividade e consistência.

A contabilidade ambiental, com o intento de divulgar informações ambientais úteis e relevantes ao público interno e externo da entidade, utiliza-se de relatórios facultativos, mas

não menos importantes, para a divulgação de fatos contábeis ambientais que modifiquem ou alterem o patrimônio de uma entidade, como forma de preveni-las de fatos desagradáveis advindos da não observância de danos ambientais incorridos anteriormente.

A principal motivação desta pesquisa consiste em descobrir o grau de evidenciação contábil ambiental das maiores empresas do segmento de papel e celulose de 2008, denominadas pela REVISTA DINHEIRO, com o intuito de fornecer informações aos profissionais, estudantes e pesquisadores que estão cada vez mais conscientes da importância que este tema trás para a sociedade e para as empresas que vêm neste ramo um diferencial no mercado atual.

Então, como o desenvolvimento econômico sustentável e a contabilidade ambiental são assuntos de grande relevância nos dias atuais, a evidenciação de fatos ambientais deve ser alvo de pesquisas, não apenas em contabilidade, mas também em cursos de administração, economia, direito e serviço social, com o propósito de apresentar a real situação sócio-ambiental das entidades em relação ao meio ambiente, ajudando assim na preservação do ecossistema.

O setor de papel e celulose atua de forma direta no meio ambiente, retirando da natureza a matéria-prima básica necessária para a fabricação de seus produtos. Para Tinoco e Kraemer (2008, p. 61-62) dentre as várias agressões provocadas por esse setor destacam-se: “ar carregado, proveniente de descargas atmosféricas, descargas hídricas; disposições de resíduos sólidos; geração de compostos orgânicos clorato”, o que acaba por justificar o fato do presente estudo ser realizado junto às maiores empresas do setor de papel e celulose do nosso país.

Assim, o contador vendo a importância deste assunto, busca novos cursos, órgãos de consulta, etc. com o objetivo de entender melhor as recentes descobertas da evidenciação contábil-ambiental que influenciarão o seu campo de trabalho. Haja vista que o desempenho médio do profissional contábil não é mais aceito, pois no mundo de muitos profissionais, destacam-se os mais preparados para o mercado competitivo e excludente.

Logo, espera-se que este estudo exploratório contribua para a discussão acadêmica sobre o tema, considerando a carência de pesquisas empíricas brasileiras sobre a evidenciação de itens contábil-ambientais, buscando-se ainda, incentivar novos pesquisadores nos estudos sobre a relação entre a evidenciação contábil e a sustentabilidade do meio ambiente.

A REVISTA DINHEIRO na sua edição especial AS MELHORES DA DINHEIRO, elaborou um *ranking* empresarial com as maiores empresas do Brasil em 2008, baseando-se para

isso em informações das próprias empresas. Segundo a REVISTA DINHEIRO (2009) esses dados foram compilados, cruzados e analisados pela Empresa Trevisan (empresa de consultoria), sendo os dados complementares fornecidos pelo Economática.

Contudo, ainda segundo a REVISTA DINHEIRO (2009), as empresas foram agrupadas em 25 setores, submetidos à análise sobre cinco critérios de gestão, onde para cada um foram atribuídos indicadores de análise, conforme pode ser observado no Quadro 1:

**Quadro 1 – Critérios e pontuação de classificação das maiores empresas do Brasil**

<b>CRITÉRIOS DE GESTÃO</b>	<b>PESO ESPECÍFICO</b>
Sustentabilidade financeira	200 pontos
Recursos humanos	100 pontos
Inovação e qualidade	50 pontos
Responsabilidade social e ambiental	50 pontos
Governança corporativa	100 pontos

Fonte: Revista Dinheiro (2009, p. 48).

De acordo com o somatório de pontos, nos cinco critérios de gestão, as empresas foram classificadas em ordem decrescente, da maior para a menor pontuação, para em seguida qualificar as empresas em *ranking* geral e por setor.

De acordo com a REVISTA DINHEIRO (2009) apesar da crise econômica global de 2008 o Brasil apresentou uma posição interessante no *ranking* mundial em relação ao setor de Papel e Celulose ao passar da sexta para a quarta posição. O anuário relata ainda que no ano de 2008 o nosso país produziu 12,8 milhões de toneladas de celulose, obtendo assim o melhor resultado de todos os tempos.

Ainda segundo dados da REVISTA DINHEIRO (2009), vários fatores beneficiaram as companhias nacionais, entre eles o aumento na demanda e uma alta cotação da celulose. Como consequência, as exportações atingiram sete milhões de toneladas, representando um aumento de 23,5% do setor, em relação a 2007, trazendo aos cofres das companhias um valor recorde de US\$ 5,8 bilhões.

## 1.4 Metodologia

### 1.4.1 Universo da pesquisa

O estudo abrange as 5 maiores empresas do Brasil, no setor de Papel e Celulose de 2008, eleitas pela REVISTA DINHEIRO (2009). As empresas foram classificadas em ordem decrescente de pontos, conforme pode ser observado no Quadro 2:

**Quadro 2 – Classificação das maiores empresas no setor de papel e celulose – 2008.**

<b>RANKING</b>	<b>EMPRESA</b>	<b>PONTOS</b>	<b>AÇÕES EM BOLSA</b>
1	Suzano Papel e Celulose	394,50	Sim
2	Cenibra	373,05	Não
3	Votorantim Celulose e Papel	363,45	Sim
4	Orsa Celulose, Papel e Embalagens	363,05	Não
5	Klabin	347,13	Sim

Fonte: Adaptado da REVISTA DINHEIRO (2009, p. 164).

Quanto à composição e dimensionamento das amostras, serão utilizadas amostras não probabilísticas por tipicidade ou intencional, de demonstrações financeiras das maiores empresas do segmento de Papel e Celulose de 2008, publicadas no *site* da BOVESPA, no primeiro semestre de 2009<sup>1</sup>. Como explica Beuren et al. (2006, p. 126), a “amostragem por tipicidade ou intencional consiste em selecionar amostras com base em informações disponíveis e que sejam consideradas representativas da população”.

Das cinco empresas estudadas serão analisadas as demonstrações financeiras de três delas, cuja restrição se dá em virtude do acesso às informações contábeis, estando aquelas que possuem ações negociadas na BOVESPA, conforme Quadro 2, as empresas sob análise.

A justificativa para a amostragem utilizada está relacionada à abrangência e credibilidade do *site* da BOVESPA onde estão disponíveis as demonstrações contábeis aqui pesquisadas, tratando-se, no caso, de um instrumento de livre acesso, especializado em matérias relacionadas ao mercado de capitais, detentor de grande credibilidade, com bastante

<sup>1</sup> Utilizou-se a edição de 2009 da Revista Dinheiro, com referência ao ano de 2008, tendo em vista que no período de realização do estudo não havia sido publicada nenhuma edição mais atualizada sobre as Melhores da Revista Dinheiro.

utilidade em diversos segmentos do ramo dos negócios. Assim, com a coleta e análise dos dados, será possível observar a questão da evidenciação contábil ambiental das empresas segundo os parâmetros escolhidos, embora não possam se generalizar as constatações para esse universo de empresas.

#### 1.4.2 Procedimentos de coleta de dados

Para o referencial teórico, faz-se necessário a realização de uma investigação bibliográfica, junto a livros, revistas especializadas em negócios e também na *internet*, com o intuito de verificar as publicações existentes. Ante ao exposto, percebe-se que a aérea da evidenciação contábil de fatos ambientais ainda é um campo que permite a realização de pesquisas científicas, o que acabou por motivar a elaboração do presente estudo.

Para a realização do presente estudo, fez-se necessário elaborar um instrumento de coleta (apêndice), construído com base na compreensão de Carvalho (2007) e Sá (2008), que abrange elementos relacionados aos ativos ambientais, passivos ambientais, custos ambientais, despesas ambientais e receitas ambientais. Tais informações foram extraídas mediante a realização de uma pesquisa documental, em que foram levantadas informações contidas nas demonstrações contábeis das maiores empresas de papel e celulose do país, que conforme tratam Beuren et al. (2006), deve ser realizada em quatro etapas:

- a) Delimitação da população e da amostragem;
- b) Busca das demonstrações financeiras das maiores empresas do setor de papel e celulose, denominadas pela REVISTA DINHEIRO, referentes ao exercício social de 2008, publicadas no *site* da BOVESPA;
- c) Exame dos dados coletados das publicações, com confrontação ao referencial teórico;
- d) Tabulação, consolidação e análise dos dados.

As informações contidas nas demonstrações coletadas serão submetidas primeiramente à análise documental, no qual serão caracterizadas as demonstrações usadas ou selecionadas para a realização do estudo empírico. Em seguida procedeu-se com a análise de conteúdo, em que, através da reflexão e a intuição possibilitarão a verificação da evidenciação de itens ambientais, praticado pelas maiores empresas brasileiras do setor de Papel e Celulose no ano de 2008. No segundo passo torna-se necessária a leitura detalhada das demonstrações, para construção de gráficos, tabelas e quadros, de modo a identificar as evidenciações praticadas pelas empresas integrantes do quadro amostral.

Para a coleta dos dados faz-se necessário o levantamento de relatórios contábeis das companhias integrantes da amostragem populacional do presente estudo, composta por dados apresentados no ano de 2008, em virtude desse ser o ano de referência para a Premiação entre as 500 Melhores Empresas da Revista Dinheiro na Edição de 2009, tais como:

- a) Relatório da administração (RA);
- b) Balanço patrimonial (BP);
- c) Demonstração do resultado do exercício (DRE);
- d) Notas explicativas (NE);
- e) Relatório de sustentabilidade (RS).

Com os relatórios contábeis busca-se obter itens relacionados à evidenciação de ativos, passivos e contas de resultado relacionados com o meio ambiente, expressos em moeda, bem como a divulgação da existência de avaliação de desempenho ambiental e de custos ambientais.

Busca-se, com a análise destes relatórios, obter evidenciações de fatos relacionados ao meio ambiente que propiciem subsídios para a resolução do problema inicial de estudo.

#### 1.4.3 Apresentação e interpretação de dados

Quanto à abordagem do problema, a pesquisa é mista, isto é, qualitativa e quantitativa. Qualitativa porque, segundo Goldenberg (1999, apud MATIAS-PEREIRA, 2007, p. 71) "a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas sim com o aprofundamento da compreensão de um grupo social e de uma organização etc.". Por outro lado pode ser classificada também como quantitativa, pois conforme trata Beuren et al. (2006, p. 92) "caracteriza-se pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta quanto no tratamento dos dados".

Após a escolha das demonstrações e relatórios contábeis, inicia-se a análise do conteúdo, desenvolvida através da técnica de classificação em categorias, em que os dados foram decodificados em vários elementos, sendo elencados em grupos de contas ambientais como: ativo, passivo, custos, receitas e despesas. O referido trabalho possibilitou a transformação dos dados qualitativos em dados quantitativos por meio do *Microsoft Office Excel* (versão 2007), sendo a mesma efetivada através da construção de tabelas e gráficos.

A análise qualitativa faz-se realizar por meio de observação e discussão crítica dos dados e sua ligação com outros conhecimentos assinalados no referencial teórico, com o propósito de atender aos objetivos almejados no estudo, bem com dar suporte às conclusões finais.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 Evidenciação Contábil das Informações Ambientais**

Evidenciação contábil pode ser entendida como a forma, o conteúdo e o meio de divulgação das informações contábeis, econômicas, financeiras e patrimoniais de uma entidade. A contabilidade ambiental, de acordo com sua função, deve evidenciar informações qualitativas e quantitativas, monetárias e não monetárias, que possam servir de apoio a análises de resultados alcançados pela organização e assim fazer projeções futuras.

Para Braga (2007), estas informações devem ser confiáveis, representando fielmente a realidade da entidade, proporcionar aos usuários verificar semelhanças e diferenças entre fenômenos econômicos e, servir de base para o processo de tomada de decisão. Assim, elas podem e devem servir para prevenir e corrigir danos econômico-financeiros das entidades e melhorar a imagem das organizações perante a sociedade.

Nesse contexto, como as empresas encontram-se inseridas no mercado internacional, sente a necessidade de deixar transparecer sua preocupação e seu amadurecimento com o meio ambiente, abre-se um parêntese, conforme trata Paiva (2006, p. 47), haja vista que "o processo de inserção no ambiente mundial torna indispensável o atendimento de requisitos ambientais, sendo a evidenciação a forma de torná-los públicos".

A globalização econômica, com a inserção de um número cada vez maior de empresas transnacionais, advindas principalmente de países desenvolvidos como os Estados Unidos, Inglaterra, Japão e Alemanha, tem observado que as entidades que já desenvolvem e divulgam sua preocupação com a questão ambiental e suas atitudes proativas diante de tal questão, são bem aceitas no mercado.

Ainda segundo Paiva (2006), as empresas, em especial aquelas poluidoras por natureza, sofrem mais retaliações por parte de seus consumidores, como é o caso dos setores químicos e de papel e celulose. Assim, estas empresas precisam, em especial, através de uma contabilidade competente, evidenciar suas atividades proativas em favor do meio ambiente, pois são elas que utilizam em larga escala recursos naturais esgotáveis e não renováveis que carecem de preservação e conservação, para que possam ser usufruídas também por futuras gerações.

### 2.1.1 Informação contábil

As demonstrações contábeis são elaboradas com o objetivo de fornecer informações aos seus mais diversos tipos de usuários, e cada um deles pode apresentar necessidades diferentes quanto à informação. A administração, responsável pela elaboração e divulgação das demonstrações, é responsável por selecionar as informações que irão fazer parte de cada demonstrativo contábil. Dessa forma, o tipo de informação a se evidenciar é peça importante para a elaboração de uma demonstração útil aos interesses dos usuários.

Assim, segundo Yamamoto e Salotti (2006), a informação tem o poder de reafirmar ou retificar opiniões dos usuários destas informações, permitindo que eles tomem atitudes com mais confiança. Nesse sentido, a Deliberação CVM (Comissão de Valores Mobiliários) n.º 539/2008 afirma que a informação contida na demonstração contábil deve apresentar características qualitativas como: compreensibilidade, relevância, confiabilidade e comparabilidade.

De acordo com as informações extraídas da Deliberação CVM n.º 539/2008 conta-se que a compreensibilidade é atingida quando as informações apresentadas nas demonstrações são prontamente entendidas pelos seus usuários. No § 25.º da mesma Deliberação, a Comissão esclarece que mesmo as informações complexas devem ser incluídas nas demonstrações, uma vez que são importantes para a tomada de decisões.

A CVM (2008) comenta ainda que as informações contábeis só serão úteis quando relevantes aos usuários no processo de tomada de decisões, e que quando relevantes influenciem nas decisões econômicas dos usuários, fornecendo dados do passado, presente e projeções para o futuro.

Um dos fatores que pode afetar a relevância da informação é a materialidade, sendo que para a Comissão, uma informação pode ser material quando sua ausência ou distorção nas demonstrações puder influenciar na gestão da entidade.

Consoante Yamamoto e Salotti (2006), a contabilidade deve fornecer informações úteis e confiáveis que permitam aos gestores uma visão real da situação econômico-financeira, física e de produtividade da empresa, de modo a possibilitar diminuir a incerteza na tomada de decisão e prever prováveis situações futuras, às quais a entidade poderá se projetar.

Assim para Yamamoto e Salotti (2006), a divulgação das informações contábeis acaba por ser relevante entre tantos motivos, uma vez que diminui o risco que a entidade oferece em

relação aos investimentos de terceiros, bem como mostra a situação contábil da empresa.

A confiabilidade é uma das qualidades que fazem com que o usuário aceite a informação contábil e a utilize no seu processo decisório. Para que uma informação seja confiável, é necessário, além da sua integridade, que seja baseada nos Princípios Fundamentais de Contabilidade e nos preceitos da doutrina contábil (IUDÍCIBUS, 2000, p. 77).

A Deliberação CVM n.º 539/2008 destaca que para a informação ser considerada confiável, ela precisa apresentar várias outras características, como: representação adequada, ou seja, mostrar adequadamente as transações e outros eventos que ela se propõe a representar; apresentar a essência sobre a forma, onde, os eventos e as transações são contabilizados e apresentados segundo sua substância e realidade econômica; ser neutra, isto é, imparcial; estar de acordo com o princípio da prudência, ou seja, precaver-se de certas condições de incerteza, onde ativos e receitas não tenham seus valores elevados, e passivos e despesas não sejam subestimados; e ainda a informação precisa ser completa, sem omissões.

Em referência à comparabilidade, Hendriksen e Van Breda (1999, p. 101), afirmam que esta característica "permite aos usuários identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos econômicos". Cabe, portanto, ao administrador ou responsável pela evidenciação, buscar uniformidade na elaboração das demonstrações para que elas possam ser comparadas nos mais variados anos ou entre demonstrações de várias entidades.

Consoante o entendimento da CVM, a tempestividade, o equilíbrio entre custo e benefício, e o equilíbrio entre características qualitativas são fatores limitantes da relevância e da confiabilidade das informações contábeis. Assim, ela afirma que a informação tempestiva é aquela que chega ao usuário antes de sua tomada de decisão. Afirma ainda que a informação precisa apresentar também equilíbrio entre custo e benefício, em que, os custos adquiridos para a sua obtenção não superem os seus benefícios. E por último que a informação seja qualitativamente equilibrada, deve existir julgamento profissional sobre as características apropriadas das informações contábeis.

Como a contabilidade é responsável pelo fornecimento de informações úteis a gestão das entidades, estas informações devem ser evidenciadas em quantidade e qualidade adequadas.

A informação contábil pode afetar o comportamento tanto de usuários quanto de seus provedores, uma vez que a tendência natural dos usuários é exigir um número cada vez maior de informações, com maior grau de precisão possível e um menor espaço de tempo. Entretanto, a empresa como geradora e fornecedora da informação nem sempre estará disposta a gerar, ou ainda, se a tiver, divulgá-la (YAMAMOTO e SALOTTI, 2006, p. 7).

Assim, determinar a quantidade de informações, não em demasia nem tampouco em carência, é uma questão a ser bem pensada pela administração da entidade, em especial pelo seu contador.

Segundo Tinoco (2008), o grupo formado pelos diversos tipos de usuários vem se modificando gradativamente, e durante muito tempo o principal usuário da contabilidade era o proprietário da entidade, sendo as demonstrações elaboradas exclusivamente para atender aos interesses internos da organização. Por sua vez, com o desenvolvimento das organizações, surgiram os credores que exigiam informações, principalmente a respeito da capacidade da empresa honrar seus compromissos.

No séc. XVII, conforme trata Tinoco (2008), o Estado passa a usar a contabilidade para controlar e tributar a atividade empresarial, visando arrecadar tributos e com as grandes empresas surge à necessidade de novos investimentos que exijam informações econômicas e financeiras para concederem financiamentos. A partir da década de 60 do século XX, são os trabalhadores que começam a exigir informações sobre o seu desempenho econômico e social, assim incorporavam-se as informações sociais aos demonstrativos contábeis, surgindo a ideia do Balanço social. O autor ainda afirma que recentemente a sociedade vem cobrando das entidades informações econômicas, financeiras, sociais e ambientais, que justifiquem a razão de ser das entidades.

Como se pode observar, vem se modificando gradativamente o número e o tipo de usuários das informações contábeis e a contabilidade vem, portanto, se adaptando a essas mudanças com o fornecimento correto de informações que atendam à demanda atual destes usuários.

Contudo, os autores costumam dividir os diversos usuários contábeis em usuários externos e internos. São considerados internos aqueles encontrados dentro da empresa, como o proprietário, os administradores, funcionários e etc., enquanto que os externos não acompanham de dentro a entidade e a ocorrência dos fatos contábeis, como por exemplo, os fornecedores, os eventuais investidores e etc.

### 2.1.2 A evidenciação e os objetivos da contabilidade

A questão da evidenciação contábil pode ser entendida como um meio de divulgação de informações financeiras e econômicas que se dá mediante a utilização de relatórios contábeis, obrigatórios ou não, e que auxiliam no processo de tomada de decisão. Nesse sentido, conforme trata Ludícibus e Marion (2002, p. 53), a contabilidade tem como objetivo "fornecer informações estruturadas de natureza econômica, financeira e, subsidiariamente, física, de produtividade e social, aos usuários internos e externos à entidade".

Sabendo-se que o principal meio da empresa informar suas ações ao público é através das demonstrações contábeis tradicionais, e que essas demonstrações carecem de informações adicionais importantes, como as de caráter socioambiental, por exemplo, daí a necessidade da inclusão de dados complementares em alguns relatórios contábeis facultativos como forma de evidenciar com mais clareza a real situação econômico-financeira da entidade.

Contudo, com base em conjunto de informações mais consistentes, os contadores, administradores e demais usuários tomam suas decisões com maior segurança e com possibilidades de terem melhores projeções, pois o processo decisório se torna mais eficiente. Nesse contexto, o relatório da administração e as notas explicativas são formas de complementação das informações contidas nas demonstrações contábeis, fazendo com que essas tenham maior solidez e atendam às expectativas dos seus usuários.

### 2.1.3 Métodos de evidenciação

Tinoco e Kraemer (2008) mencionam que o objetivo da evidenciação consiste em expor informações relacionadas ao desempenho econômico-financeiro e socioambiental das entidades, e que os demonstrativos financeiros e demais formas de evidenciação não se configuram apenas como passivos enganosos.

Para Paiva (2006), a contabilidade deve exercer seu papel de repórter ao mencionar, por meio dos demonstrativos publicados, os principais fatos contábeis, não esquecendo as questões não evidenciadas nos demonstrativos tradicionais, e que para exercer esse papel a contabilidade pode se utilizar de diversas ferramentas de comunicação, como as notas explicativas, os relatórios da administração, bem como gráficos, tabelas e outros instrumentos que se fizerem necessários à evidenciação.

Assim observa-se que a contabilidade deve levar em consideração os recursos que auxiliem o seu objetivo de contar, ou seja, informar todos os fatos contábeis relevantes à entidade, de modo a usar os mais variados meios de evidenciação que proporcione expor de forma mais fiel a realidade da entidade.

As principais formas de evidenciação, segundo Hendriksen e Van Breda (1999, p. 524) são:

1. Forma e apresentação das demonstrações contábeis.
2. Terminologia e apresentações detalhadas.
3. Informações entre parênteses.
4. Notas explicativas.
5. Demonstrações e quadros suplementares.
6. Comentários no parecer de auditoria.
7. Carta do presidente do conselho de administração.

Observa-se com isso que existem diversos meios de se evidenciar os vários fatos contábeis e que esse conjunto é composto por demonstrativos contábeis obrigatórios e facultativos, cuja finalidade consiste em revelar a real situação econômico-financeira e socioambiental da entidade.

#### *2.1.4 Princípios contábeis ambientais*

Muitos avanços no campo do desenvolvimento ambiental já foram implantados, graças à tomada de decisão, principalmente por parte de alguns países, que conscientes dos prejuízos ambientais causados pelas grandes empresas tem se preocupado em adquirir produtos e serviços elaborados de forma consciente.

A partir desse contexto, observa-se que o Brasil apresenta uma importante legislação ambiental, através da qual se constata sua preocupação com a preservação do meio ambiente e com o desenvolvimento sustentável brasileiro.

O Brasil tem a Lei n.º 6.938/1981 que em seu art. 2 estabelece dez princípios ambientais, conforme segue:

- I - ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo;
- II - racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar;
- III - planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais;

- IV - proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas;
- V - controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras;
- VI - incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais;
- VII - acompanhamento do estado da qualidade ambiental;
- VIII - recuperação de áreas degradadas; (Regulamento)
- IX - proteção de áreas ameaçadas de degradação;
- X - educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.

A referida Lei, através desses princípios, busca garantir condições ao desenvolvimento sócio-econômico, bem como aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana no país. Como o princípio representa a base de toda construção sólida, não se pode deixar de enumerar em escala de importância, mas para efeito do presente estudo destacam-se os mais relacionados às empresas ambientalmente responsáveis.

#### *2.1.4.1 Princípio da precaução*

Consoante Leite (2003, apud CARVALHO, 2007, p. 29-30), a idéia de precaução desse princípio consiste em:

[...] sempre que houver perigo da ocorrência de um dano grave ou irreversível, a ausência de certeza científica absoluta não deverá ser utilizada como razão para se adiar a adoção de medidas eficazes, a fim de impedir a degradação ambiental.

Assim, a precaução evita o desequilíbrio ambiental e conseqüentemente a recomposição ou reparação de danos causados ao patrimônio ambiental, o que pode ser mais oneroso para a entidade. No campo contábil, pode-se verificar o uso desse princípio quando as entidades buscam evitar eventuais danos ambientais presentes ou futuros para serem econômica e financeiramente sacrificadas futuramente.

#### *2.1.4.2 Princípio do desenvolvimento sustentável*

Este princípio baseia-se na idéia de se estabelecer uma estreita ligação entre o

desenvolvimento econômico e o meio ambiente, em que o desenvolvimento econômico não signifique destruição ambiental, mas saiba usar os recursos ambientais de forma racional e eficiente, buscando verificar novas alternativas para a sua produção econômica.

Carvalho (2007) afirma que a busca pelo desenvolvimento sustentável não deve se restringir apenas ao governo e às empresas, mas também deve fazer parte desse grupo a população, ao assumir e modificar seu consumismo exagerado e o uso incorreto de energia e água.

O referido autor afirma ainda que no caso das empresas, essas usam a prevenção e a reciclagem como formas relacionadas ao desenvolvimento sustentável, e para ele essas medidas causam a diminuição de dejetos, conseqüentemente o seu depósito e emissão de poluentes. Logo, o presente princípio busca garantir condições naturais a futuros habitantes do nosso planeta em harmonia com o desenvolvimento das habilidades humanas.

#### *2.1.4.3 Princípio do poluidor pagador*

Segundo Tinoco e Kraemer (2008), o objetivo do princípio é evitar que o prejuízo venha a ocorrer, mas, caso ocorra, cabe ao poluidor arcar com os custos relacionados ao dano ambiental por ele causado. Os autores tratam ainda que a esse princípio se deve agregar custos relativos à prevenção, à precaução e à reparação de dano ambiental.

Ora, assim convém ressaltar que o princípio poluidor-pagador não está apenas na função de atribuir multas ao poluidor, mas exigir do perturbador do equilíbrio ambiental a prevenção, a precaução e reparação do dano por ele causado. Além disso, no § 3º do art. 225 da Constituição Federal Brasileira (CF – 1988) está estipulado ainda que o poluidor também seja passivo de penas legais, como as sanções penais e administrativas.

#### *2.1.4.4 Princípio da informação*

Como os recursos ambientais são de propriedade de toda a humanidade, temos o direito à informação ambiental como forma de conhecer melhor o meio ambiente em que vivemos e como ele é preservado, bem como de projetar formas de preservá-lo futuramente.

No art. 220 da CF/1988 lê-se que “a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição”. Partindo daí observa-se que todos têm o direito

de saber como nossos recursos estão sendo utilizados pelas empresas, principalmente pelas grandes poluidoras, uma vez que os recursos ambientais pertencem à coletividade e não exclusivamente a uma entidade em particular, assim estas informações ajudam na preservação do meio ambiente antes mesmo que o dano tenha ocorrido.

Estes princípios norteiam ou devem nortear as atividades de empresas que objetivam conciliar o desenvolvimento ao meio ambiente, e a devida aplicabilidade destes princípios e a correta imposição das leis reguladoras das práticas ambientais no nosso país propiciará um maior equilíbrio do meio ambiente brasileiro.

## **2.2 Demonstrações Contábeis Obrigatórias**

As demonstrações visam o fornecimento de informações destinadas em especial aos usuários internos da organização, de modo a permitir a gestão de riscos e controle interno das entidades, e aos usuários externos, interessados em saber a situação, principalmente financeira e econômica da sociedade.

A CVM, através de sua Deliberação CVM n.º 539/2008 afirma que as demonstrações, na função de auxiliar o processo decisório da entidade, devem fornecer informações que ajudem a:

- (a) decidir quando comprar, manter ou vender um investimento em ações;
- (b) avaliar a Administração quanto à responsabilidade que lhe tenha sido conferida, qualidade de seu desempenho e prestação de contas;
- (c) avaliar a capacidade da entidade de pagar seus empregados e proporcionar-lhes outros benefícios;
- (d) avaliar a segurança quanto à recuperação dos recursos financeiros emprestados à entidade;
- (e) determinar políticas tributárias;
- (f) determinar a distribuição de lucros e dividendos;
- (g) preparar e usar estatísticas da renda nacional; ou
- (h) regulamentar as atividades das entidades.

De acordo com a Lei das Sociedades Anônimas n.º 6.404/1976, art. 176, e sua nova redação dada através da Lei nº 11.638, de 27 de dezembro de 2007, determina que ao término de cada exercício social (geralmente de um ano), a diretoria da companhia terá que elaborar, com base na escrituração contábil, as demonstrações financeiras seguintes:

- Balanço patrimonial (BP);

- Demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados (DLPA);
- Demonstração do resultado do exercício (DRE);
- Demonstração dos fluxos de caixa (DFC);
- Demonstração do valor adicionado (DVA), para companhia aberta.

A Lei 11.638/2007 torna obrigatória a elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, para toda companhia de capital aberto ou as de capital fechado que apresentem seu patrimônio líquido ao término do exercício, igual ou superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).

A mesma Lei desobrigou as companhias abertas de elaborarem a demonstração de origens e aplicações de recursos, mas incluiu a demonstração do valor adicionado no rol das demonstrações financeiras.

Dentre outros instrumentos de evidenciação a Deliberação CVM n.º 488/2005, comenta que se devem incluir relatórios que ajudem a compor um conjunto completo de demonstrações contábeis, tais como:

- Notas explicativas, incluindo a descrição das práticas contábeis.
- Demonstração das mutações do patrimônio líquido (DMPL);
- Demonstração dos fluxos de caixa, ou a demonstração das origens e aplicações de recursos (DOAR) quando requerida pela legislação societária;

Esse conjunto completo de demonstrações, junto com as notas explicativas, são itens importantes para a tomada de decisão e serve para medir o grau de desenvolvimento da organização, bem como a gestão de cada entidade.

Segundo CVM as demonstrações contábeis obrigatórias deverão ser elaboradas com relevante clareza para que permitam exprimir a real situação financeira e patrimonial da entidade, bem como, o resultado e o fluxo financeiro da companhia durante o exercício, de modo a auxiliarem os usuários na tomada de decisão.

A Deliberação CVM n.º 488/2005, esclarece que os itens apresentados e classificados nas demonstrações devem manter a mesma base de apresentação e classificação de um período para outro, a menos que ocorra:

- Uma mudança importante na natureza das operações da entidade, uma revisão dessas bases de apresentação resulte em uma apresentação mais apropriada das

transações ou outros eventos; ou

- Uma mudança na apresentação seja exigida por outra norma ou interpretação.

A CVM ainda esclarece que os valores não materiais, quando similares, podem ser agrupados; diferentemente dos valores materiais que mesmo sendo semelhantes devem ser expostos separadamente.

Quanto à compensação, ela, através do § 32.º da Deliberação CVM nº 488/2005 determina que “ativos e passivos e receitas e despesas não devem ser compensados, exceto se a compensação for exigida ou permitida explicitamente por outra NPC”.

No § 36.º da Deliberação CVM nº 488/2005, afirma-se que as companhias devam fornecer informações comparativas em relação ao período anterior, salvo exista uma norma que permita ou exija de outra maneira. Quando as informações comparativas forem materiais, essas podem ser incluídas nas notas explicativas, como meio de fornecer melhor entendimento das demonstrações.

Assim sendo, cada demonstração deverá conter a indicação dos saldos das demonstrações anteriores e dos correspondentes ao exercício atual, de forma a possibilitar possíveis comparações entre os exercícios sociais e assim poder observar a situação da entidade.

Para a Lei das S.A. é relevante o agrupamento de contas semelhantes ou com saldos pequenos nas demonstrações, desde que especificada a sua natureza e que seu valor não ultrapasse 10% (dez por cento) do valor do respectivo grupo de contas, não sendo admitida a utilização de designações genéricas, como “diversas contas” ou “contas-correntes”.

Já a CVM em referência à materialidade e à agregação dos itens não materiais, afirma que eles podem ser agrupados a valores similares e não precisam ser apresentados separadamente. Ainda de acordo com a Deliberação CVM nº 488/2005, rubricas não materiais por si só devem ser agregadas a outros itens nas demonstrações contábeis ou em notas explicativas. Itens que são considerados insuficientemente materiais para serem expostos nas demonstrações contábeis podem ser suficientemente considerados materiais para ser divulgados nas notas explicativas.

A mesma Deliberação, no seu § 11.º afirma que omissões ou erros somente serão considerados materiais se puderem influenciar, de forma individual ou coletiva, as decisões econômicas de usuários das demonstrações contábeis. O tamanho e a natureza da omissão ou erro observado nas circunstâncias podem ser determinantes na materialidade.

Quanto à compensação, a Deliberação CVM nº 488/2005 afirma que as contas de ativos, passivos, receitas e despesas não devem ser compensadas, a menos que sejam exigidas por outra Norma e Procedimento de Contabilidade (NPC). Essa medida visa ajudar o entendimento das transações e a avaliar os fluxos futuros financeiros.

No § 4.º do art. 177, da Lei das Sociedades por Ações, fica estabelecido que as demonstrações sejam assinadas pelos administradores e por contabilistas legalmente habilitados, o que dá a essas demonstrações mais credibilidade e segurança. O que ocorre de forma diferente como as demonstrações facultativas, uma vez, que essas não são obrigadas a auditorias, o que ocasiona menos confiança em suas informações.

A referida lei ainda esclarece que as demonstrações financeiras das companhias abertas deverão observar as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e serão obrigatoriamente auditadas por auditores independentes, registrados na própria Comissão, podendo as companhias fechadas optar por seguir ou não essas normas.

Contudo, apesar do reconhecimento da existência de diversos instrumentos de evidenciação contábeis, o presente estudo limita-se a tratar sobre o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício, haja vista que, os referidos instrumentos aliados as notas explicativas, relatório da administração e relatório de sustentabilidade, deverão compor o estudo empírico.

### 2.2.1 *Balanço Patrimonial*

O balanço patrimonial, como a principal demonstração financeira, representa de forma adequada e sintética os elementos qualitativos e quantitativos de uma empresa em um determinado período (geralmente no fim do exercício social), com a finalidade de representar a posição estática dos elementos patrimoniais e possibilitar as futuras interpretações da situação patrimonial e financeira da organização.

De acordo com o art. 178 da Lei 6.404/1976, “no balanço, as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e análise da situação da companhia”.

O balanço é dividido em dois grupos, cujos saldos devem ser iguais, o ativo que é a parte do balanço onde são apresentadas todas as aplicações de bens e direitos, realizadas pelas empresas; e o passivo, onde são relacionadas todas as exigibilidades e obrigações da

empresa para ela conseguir realizar aplicações no ativo. Nesse, temos o patrimônio líquido caracterizado pela diferença entre o total do ativo e do passivo em um dado momento.

Segundo a Lei das Sociedades Anônimas vigente, a Medida Provisória n.º 449/2008 e a Deliberação CVM n.º 488/2005, no ativo as contas serão ordenadas, em 2 subgrupos, de acordo com o grau de liquidez.

- Ativo circulante
- Ativo não circulante, por sua vez subdivido em ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível.

Enquanto no passivo as contas serão, de acordo com a mesma Lei das Sociedades por Ações e a Medida Provisória n.º 449/2008, dispostas em 3 subgrupos:

- Passivo circulante;
- Passivo não circulante; e
- Patrimônio líquido, composto por capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucro, ações em tesouraria e prejuízos acumulados.

Segundo Santos, Schmidt e Martins (2006), os conceitos de ativo e passivo não foram estabelecidos pela legislação societária e nem pela CVM. Assim achamos conveniente mencioná-los agora devido sua importância para a elaboração do balanço patrimonial.

Marion (2007, p. 42) define ativo como sendo “os *bens e direitos* de propriedade da empresa, mensuráveis monetariamente, que representam benefícios presentes ou benefícios futuros para a empresa”. Assim, para a sociedade mercantil considerar um item como ativo, ele precisa ser um bem ou direito da sociedade mercantil, ser de sua propriedade, ser passível de mensuração e representar benefícios presentes ou futuros para ela.

O FASB<sup>2</sup> (1985, apud LOPES e MARTINS, 2005, p. 118) define passivo como “sacrifícios futuros prováveis de benefícios econômicos de uma entidade como resultado de obrigações presentes de transferência de ativos ou de prestação de serviços para outras entidades no futuro como resultado de atividades ou eventos passados”.

Assim podemos entender passivo como o conjunto de dívidas e obrigações presentes ou

---

<sup>2</sup> Financial Accounting Standards Board (Conselho de Padrões de Contabilidade Financeira).

futuras adquiridas ao longo do exercício social com o intuito de manter ou dinamizar o funcionamento da atividade mercantil.

### 2.2.2 *Demonstração do Resultado do Exercício*

“A Demonstração do Resultado do Exercício é a apresentação, em forma resumida, das operações realizadas pela empresa, durante o exercício social, demonstradas de forma a destacar o resultado líquido do período” (IUDÍCIBUS; MARTINS; GELBCKE, 2007, p. 356).

Com o objetivo de apurar o resultado do exercício, esse demonstrativo evidencia as causas que resultam em lucro ou prejuízo no exercício, respeitando sempre o princípio da competência. As despesas e as receitas farão parte da Demonstração do Resultado do Exercício no exercício social que ocorrerem.

“A demonstração do resultado do exercício destina-se a evidenciar a formação do resultado do exercício, mediante confronto das receitas e ganhos com as despesas e perdas incorridas no exercício” (SANTOS; SCHMIDT, 2002, p. 31).

Podemos então afirmar, que a DRE é uma ferramenta contábil que evidencia o lucro ou prejuízo de uma entidade, em um determinado período, com o objetivo de mostrar as mutações patrimoniais sofridas e que resultaram na situação econômica exposta.

Conforme Santos, Schmidt e Martins (2006, p. 48 e 49), a demonstração do resultado do exercício é constituída por contas apuradas de acordo com o princípio contábil da competência, onde apenas as despesas e receitas ocorridas no período farão parte do resultado, independente do seu recebimento ou pagamento. Somente as receitas e despesas ocorridas no período da elaboração da demonstração do exercício comporão o demonstrativo, ficando de fora, receitas e despesas ocorridas em exercício anteriores.

Como toda empresa objetiva lucro, logo a presente demonstração é um importante meio de análise financeiro-econômica de uma entidade, possibilitando maior controle no processo decisório e a obtenção de melhores resultados.

No que se refere à estrutura do referido demonstrativo, o art. 187 da Lei nº. 6.404/1976 estabelece:

A demonstração do resultado do exercício discriminará:  
I - a receita bruta das vendas e serviços, as deduções das vendas, os

abatimentos e os impostos;

II - a receita líquida das vendas e serviços, o custo das mercadorias e serviços vendidos e o lucro bruto;

III - as despesas com as vendas, as despesas financeiras, deduzidas das receitas, as despesas gerais e administrativas, e outras despesas operacionais;

IV - o lucro ou prejuízo operacional, as outras receitas e as outras despesas; (Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009)

V - o resultado do exercício antes do Imposto sobre a Renda e a provisão para o imposto;

VI - as participações de debêntures, empregados, administradores e partes beneficiárias, mesmo na forma de instrumentos financeiros, e de instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados, que não se caracterizem como despesa; (Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009)

VII - o lucro ou prejuízo líquido do exercício e o seu montante por ação do capital social.

Portanto, os componentes da demonstração do resultado do exercício, de acordo a Lei das Sociedades Anônimas, são:

- A receita bruta e líquida das vendas e serviços;
- O lucro bruto;
- As despesas operacionais: de vendas, administrativas, financeiras (menos as despesas financeiras) e outras despesas ou receitas operacionais;
- Resultado operacional;
- Despesas e receitas não operacionais;
- Resultado antes e depois do Imposto de Renda e da contribuição social; e
- Resultado líquido.

Na DRE são encontrados três itens, as receitas, as despesas e o lucro ou prejuízo líquido, apresentados de forma vertical. Esse último grupo deve constar no final do referido demonstrativo para logo depois ser usado na elaboração da demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados ou ainda, se for o caso, na constituição da demonstração das mutações do patrimônio líquido.

### **2.3 Informações Complementares as Demonstrações Contábeis**

Informações complementares, as demonstrações podem ser entendidas como o conjunto de dados que devido a sua complexidade não são incluídos nas demonstrações contábeis, mas são importantes para a gestão das entidades, uma vez que eles auxiliam na compreensão

da situação econômico-financeira dessas entidades.

O conjunto de informações que deve ser divulgada por uma sociedade por ações representando sua "prestação de contas" abrange o Relatório de Administração, as Demonstrações Contábeis e as Notas Explicativas que as acompanham, o Parecer dos Auditores Independentes (se houver) e o Parecer do Conselho Fiscal (se existir) (IUDÍCIBUS; MARTINS; GELBCKE, 2007, p. 10).

Os autores assim evidenciam os principais relatórios de uma companhia aberta, destacando que fora as demonstrações contábeis existem outros relatórios considerados complementares às demonstrações; são eles: relatório da administração, notas explicativas, parecer dos auditores independentes e parecer do conselho fiscal, esses dois últimos quando existirem.

As demonstrações contábeis não-obrigatórias, que é um exemplo de relatório com informações complementares, surgem da necessidade do público externo, que não acompanha de perto a contabilidade da entidade, mas sente necessidade de obter informações complementares que auxiliem na interpretação das demonstrações. Assim, esse conjunto de informativos complementares, ao desempenhar seu papel informativo, auxilia o entendimento das demonstrações contábeis obrigatórias, atribuindo a essa maior credibilidade.

### 2.3.1 *Notas Explicativas*

A legislação societária, no § 4.º do art. 176, afirma que "as demonstrações serão complementadas por notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessários para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício".

Assim, as notas explicativas têm a finalidade de fornecer, de forma clara e objetiva, informações não tratadas nas demonstrações financeiras, mas importantes para a compreensão da situação patrimonial de uma entidade.

A legislação societária deixou claro que a função das notas explicativas é de fornecer informações contábeis importantes que não foram expostas nas demonstrações. Assim, as notas explicativas não podem e não substituem em hipótese alguma as demonstrações contábeis.

Conforme dispõe o § 5.º do art. 176, da Lei das sociedades por ações e a MP n.º 449/2008, as notas explicativas, na função de oferecer auxílio às informações contidas nas demonstrações, conterà no mínimo informações sobre:

- a) os principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais;
- b) os investimentos em outras sociedades, quando relevantes;
- c) o aumento de valor de elementos do ativo resultante de novas avaliações;
- d) os ônus reais constituídos sobre elementos do ativo, as garantias prestadas a terceiros e outras responsabilidades eventuais ou contingentes;
- e) a taxa de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações a longo prazo;
- f) o número, espécies e classes das ações do capital social;
- g) as opções de compra de ações outorgadas e exercidas no exercício;
- h) os ajustes de exercícios anteriores; e
- i) os eventos subsequentes à data de encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da companhia.

Podemos observar que a Lei das S.A. estabelece um conjunto mínimo de informações contidas nas notas explicativas, o que podemos concluir que outras informações podem ser incluídas nas NE quando consideradas importantes de serem evidenciadas.

Para a CVM, no § 11.º da Deliberação CVM n.º 488/2005, as notas explicativas devem informar as políticas e práticas contábeis, a descrição de fatos ou eventos, os detalhes de itens apresentados nas demonstrações contábeis ou informações de valores inconvenientes para uso nas demonstrações, mas considerável de suma importância informacional.

Ainda, segundo a mesma Deliberação, a entidade deve explicitar claramente se segue ou não as práticas contábeis adotadas no Brasil. Caso sigam as práticas adotadas no nosso país, ela deve divulgar se as seguem parcial ou totalmente. Essa divulgação não deve ser usada como forma de retificação de práticas contábeis inadequadas, até porque não retificam.

O conjunto de informações complementares contido nas notas explicativas irá auxiliar os diversos usuários contábeis a entenderem melhor os demonstrativos contábeis e assim poderem tomar decisões com mais segurança.

### *2.3.2 Relatório da Diretoria ou Relatório da Administração*

Com o objetivo de fornecer informações mais claras e compreensíveis, para a análise da

situação econômica e financeira de uma entidade, a contabilidade utiliza o relatório da administração como item informativo valioso na tomada de decisão. Consoante Iudicibus, Martins e Gelbcker (2007, p. 6), o relatório da diretoria:

Não faz parte das demonstrações contábeis propriamente ditas, mas a lei exige a apresentação desse relatório, que deve evidenciar os negócios sociais e principais fatos administrativos ocorridos no exercício, os investimentos em outras empresas, a política de distribuição de dividendos e de reinvestimento de lucros etc.

Ela é tida como o meio de comunicação entre os gestores e o público externo que não estando dentro da empresa vê nesse relatório um subsídio informativo capaz de relatar informações relevantes da empresa. Marion (2007) afirma que esse relatório seria mais aceito se não relatasse tanto o subjetivismo de alguns administradores.

No que tange ao relatório da administração, a CVM, no § 9.º da Deliberação CVM n.º 488/2005, determinou que esse, além dos itens exigidos pela Lei, deverá conter:

- a. descrição dos negócios, produtos e serviços; comentários sobre a conjuntura econômica geral relacionada à entidade, incluindo concorrência nos mercados, atos governamentais e outros fatores exógenos materiais sobre o desempenho da companhia; informações sobre recursos humanos; investimentos realizados; pesquisa e desenvolvimento de novos produtos e serviços; reorganizações societárias e programas de racionalização; direitos dos acionistas e políticas de dividendos, societárias e perspectivas e planos para o período em curso e os futuros;
- b. fatores principais e influências que determinam o desempenho, incluindo mudanças no ambiente no qual a entidade opera, a resposta da entidade às mudanças e seu efeito, a sua política de investimento para manter e melhorar o desempenho;
- c. fontes de obtenção de recursos da entidade; e
- d. os recursos da entidade não reconhecidos no balanço por não atenderem à definição de ativos.

No § 10.º da mesma deliberação, a CVM afirma que os relatórios e demonstrações adicionais, como balanço social, relatórios sobre custos e outros fatores relacionados a questões ambientais, por não serem regidos pelas normas que regulam o conjunto completo de demonstrações contábeis, são considerados informação complementar às demonstrações e portanto diferentes dos quadros ou das notas explicativas.

### 2.3.3 *Informações entre Parênteses*

Para uma evidenciação mais clara e objetiva, podem-se utilizar, além das demonstrações contábeis, outros meios como, as informações entre parênteses, com o intuito de promover informações mais eficientes.

“Normalmente são anotações curtas que compõem o próprio corpo das Demonstrações Financeiras, no sentido de evidenciar mais informações” (MARION, 2007, p. 469).

Tem, portanto o objetivo de fornecer informações complementares relevantes sobre terminologias usadas nas demonstrações, mostrar os critérios de avaliação utilizados, detalhes sobre valores de itens e etc. Trazem assim informações que auxiliam no entendimento da demonstração financeira.

### 2.3.4 *Quadros Suplementares*

Marion (2007) afirma que os quadros suplementares são compostos por informações que não constam nas demonstrações, uma vez que seria inadequado mostrar tais detalhes nas demonstrações. Ele ainda relata que alguns desses quadros são incluídos dentro das próprias notas explicativas, como ações que compõe o capital social da empresa.

Os quadros analíticos suplementares são formados com algumas informações que devido sua complexidade de detalhes não foram incluídas nas demonstrações financeiras, mas que por sua importância informacional deverão ser apresentadas para o usuário externo compreender melhor a situação da entidade.

### 2.3.5 *Demonstrações Suplementares*

Segundo a FIPECAFI (1998, p. 5), os Demonstrativos Suplementares:

podem ser utilizados para suprir as limitações expostas pela legislação fiscal (posteriormente comentando), nos quais as demonstrações contábeis poderiam ser apresentadas sob outra ótica, com informações adicionais ou mostradas de forma distintas.

São demonstrações opcionais, nas quais se inserem informações detalhadas que não podem ser apresentadas e divulgadas nas demonstrações contábeis tradicionais. Como exemplos de tais demonstrações têm-se o Balanço Social e a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos.

Por sua vez, conforme dispõe Hendriksen e Van Breda (1999), as demonstrações complementares são utilizadas para fornecer informações adicionais ou organizadas de maneira distinta das dispostas em demonstrações tradicionais, não apenas detalhando informações. Como se nota, o referido demonstrativo tem a função de tornar as informações contábeis mais legíveis e de fácil compreensão e/ou dispor de novas informações que não foram evidenciadas nas demais demonstrações.

### 2.3.6 *Balanço Social*

Santos et al. (1998 apud Santos, 2007, p. 25) define Balanço Social da seguinte forma:

É um conjunto de informações que pode ou não ter origem na contabilidade financeira e tem como principal objetivo demonstrar o grau de envolvimento da empresa em relação à sociedade que a acolhe, devendo ser entendido como um grande instrumento no processo de reflexão sobre as atividades das empresas e dos indivíduos no contexto da comunidade como um todo.

Pelo balanço social, é possível identificar a atuação da companhia em relação a seus empregados, ao meio ambiente e à comunidade à qual ela pertence. O balanço social traduz, em linhas gerais, o grau de engajamento da companhia com a promoção do desenvolvimento social (FERREIRA, 2004).

No Brasil, o balanço social é um demonstrativo contábil opcional a qualquer companhia. Mas, esse balanço é elaborado de forma facultativa por algumas companhias, com o intuito de fornecer informações ao público externo sobre a relação da empresa com a sociedade na qual está inserida. Sua elaboração tem sido um diferencial competitivo no mercado dos negócios, pois cada vez mais a população tem lutado pelas questões sociais. Assim, as empresas, ao evidenciarem suas ações sociais e ambientais, estão indo de encontro a uma necessidade da sociedade, o que pode levar essas empresas a terem um papel de destaque perante a humanidade.

## 2.4 Informações ambientais nas demonstrações contábeis tradicionais

No meio empresarial, muitas entidades tem se questionado sobre a evidenciação ou não dos seus fatos contábeis e, em caso afirmativo, sua preocupação volta-se a questionamentos do tipo: como evidenciá-los? Através das demonstrações contábeis já existentes ou de novos relatórios de impactos ambientais?

Carvalho (2007) elucida vários motivos que tem levado as entidades a evidenciar seus fatos contábeis ambientais, entre estes se destacam:

- O exemplo de empresas que já realizam a evidenciação.
- Cobrança da sociedade por um comportamento ético-ambiental das entidades.
- A cobrança do mercado externo à importação de produtos ou serviços de entidades responsáveis com a questão sócio-ambiental.
- A divulgação do assunto na mídia e educação ambiental atualmente.
- A postura proativa dos governos na busca de efetividade da ampla legislação ambiental existente.

Assim observa-se que mesmo existindo a resistência de empresas na divulgação de seus fatos contábeis ambientais, muitas já estão descobrindo novos motivos que as possam levar a expor suas ações ambientais, como forma de representar de forma mais real a situação econômica, financeira, social e ambiental por ela vivida.

Para Carvalho (2007, p. 115) “a Contabilidade já definiu os instrumentos necessários e suficientes para demonstração dos fatos que se relacionam com a empresa, e, no que diz respeito aos fatos contábeis ambientais não seria diferente”. A autora relata ainda que os relatórios financeiros utilizados pela contabilidade sejam suficientes para representar os fatos contábeis tradicionais, bem como para representar aos relacionados ao meio ambiente, uma vez que os fatos ambientais não são estranhos à gestão contábil.

Martins e Ribeiro (1995) revelam a existência de duas correntes de pensamento sobre a forma de divulgação de fatos ambientais pelas empresas: uma que propõe a implantação de um novo relatório apenso às demonstrações contábeis, tratando somente das questões ambientais; e outra que se preocupa com a questão da inclusão destes dados nas atuais demonstrações, mantendo o padrão já utilizado, mas apresentando contas e notas explicativas específicas.

Os mesmo autores falam que, a curto prazo, a inserção dos dados ambientais no relatórios já utilizados pela contabilidade torna-se mais viável, uma vez que estes dados fazem parte do contexto operacional das empresas e relata de maneira mais fiel a situação patrimonial da empresa, bem como que a adoção da inclusão destes fatos nas atuais demonstrações e relatórios utilizados seria fator de menor perda de tempo na elaboração e implantação de um novo relatório.

Julga-se oportuna a posição de Ribeiro (2005 apud CARVALHO, 2007, p. 116), ao afirmar que "as demonstrações contábeis representam o principal canal de comunicação entre a sociedade e a empresa que presta contas à comunidade, sobre sua conduta e estado patrimonial", uma vez que não se configura como um demonstrativo que vai mudar a atitude das entidades em evidenciar ou não seus fatos ambientais, mas uma série de fatores, como a postura proativa dos governos na busca de efetividade da ampla legislação ambiental existente e a existência de uma sociedade consciente de seu papel na preservação do meio ambiente e na luta pela evidenciação de danos causados pelas grandes corporações.

Assim julga-se oportuna a inclusão, em maior grau, das informações relacionadas ao meio ambiente nos demonstrativos financeiros já regulamentados, uma vez que estes são regidos por normas bem estabelecidas e que só precisam ser adaptadas à visão de que o meio ambiente faz parte do sistema operacional da empresa.

### **3 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS**

Nesse tópico serão apresentadas as informações obtidas com o estudo, por sua vez, a transparência e a qualidade na divulgação das questões contábeis ambientais tornam-se relevantes no mundo competitivo e globalizado. Assim, a entidade deve atuar como fomentadora de informações aos mais diversos tipos de usuários, que além do preço, qualidade e bom atendimento, buscam verificar o grau de responsabilidade da empresa com o meio ambiente.

Ante ao exposto, faz-se necessário apresentar os pontos foco de estudo para a realização do presente estudo, que se baseou no plano de contas apresentado por Carvalho (2007), conforme segue:

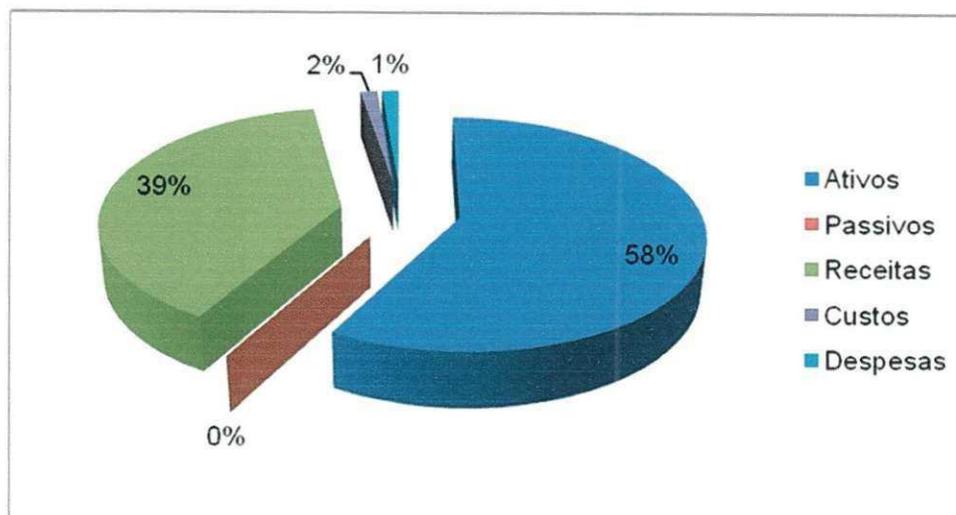
- **Ativos ambientais:** equipamentos ambientais, florestamento e reflorestamento ambiental, pesquisas ambientais, projetos para redução de energia, programas e projetos ambientais, etc.
- **Passivos ambientais:** fornecedores de bens materiais, convênios ambientais, etc.
- **Receitas ambientais:** venda de seus subprodutos, redução de consumo de água e efluentes, aproveitamento de resíduos industriais, redução no consumo de energia, venda de créditos de carbono, aproveitamento de biomassa, etc.
- **Custos ambientais:** Custos com treinamento ambiental, gastos com reflorestamento, gastos despesas ambientais, etc.
- **Despesas ambientais:** despesa com multas e indenizações ambientais, etc.

As empresas alvo do presente estudo foram, a Suzano Papel e Celulose, a Klabin e a Votorantim Celulose e Papel, haja vista que estas companhias possuem ações negociadas na BOVESPA e, portanto, são obrigadas pela CVM a apresentar e divulgar suas demonstrações contábeis.

#### **3.1 Itens ambientais**

Iniciando o processo de análise, buscou-se observar os itens ambientais nas empresas do segmento de Papel e Celulose que possuem ações negociadas na BOVESPA e que foram declaradas como as Melhores pela REVISTA DINHEIRO (2009).

Ante ao exposto, 58% dos itens ambientais evidenciados pela empresa Suzano são relativos a elementos que compõem o patrimônio da empresa (ativos), conforme pode ser observado no Gráfico 1.

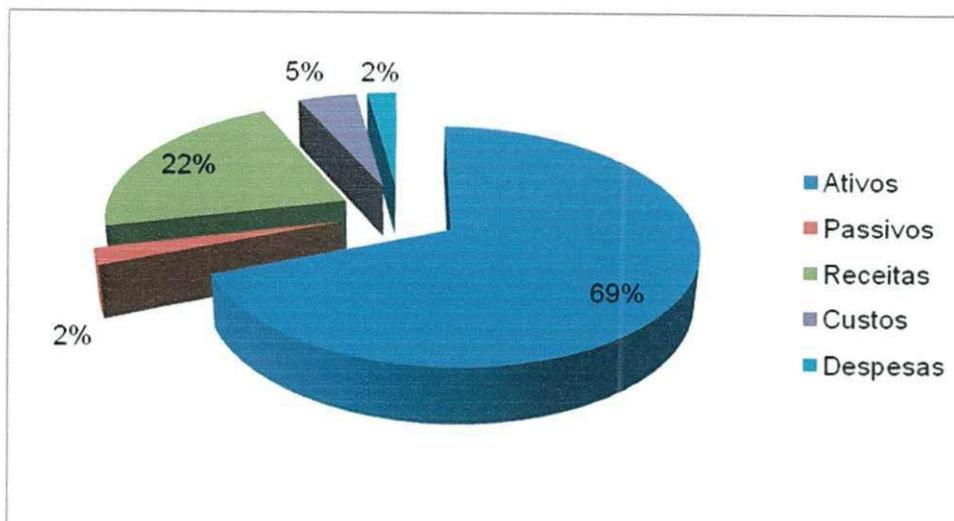


**Gráfico 1** - Divulgação de itens ambientais da Suzano  
Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

Dentre os itens relacionados ao ativo ambiental, observaram-se elementos relacionados ao reflorestamento, investimentos em áreas de conservação ambiental, haja vista que a empresa disponibiliza R\$ 52 milhões de recursos para projetos ambientais como Apicultura, Fruticultura e Abelhas Nativas, Monitoramentos Ambientais, Trilha Ecológicas, Monitoramento de Água-Efluente, entre outros, em áreas de conservação e em unidades florestais, bem como o plantio de mudas de espécies nativas, tais como ipê verde, pau-brasil, paineira, etc.

Além dos ativos, outro item que chama atenção refere-se às receitas ambientais, que pode ser verificada mediante a redução do consumo de energia, reutilização e reciclagem da água, onde deixou de captar 1.186.516 m<sup>3</sup> de água fluvial. Apontam-se ainda contas que tratam sobre os custos ambientais, representados por custos com reflorestamento no valor de R\$ 4.819,00, bem como custos com máquinas e equipamentos ambientais.

Dentre os itens ambientais evidenciados pela Klabin, 69% referem-se aos ativos, como pode ser visualizado no Gráfico 2.



**Gráfico 2** - Divulgação de itens ambientais da Klabin  
 Fonte: Dados da pesquisa, 2010

Por sua vez, dentre os ativos ambientais divulgados, a empresa analisada relatou na evidenciação dos fatos contábeis a existência de projetos ambientais, plantio de 22 mil hectares de florestas em terras próprias e de terceiros, desenvolvimento de pesquisas sobre a introdução de material genético com grau maior de desenvolvimento e produção de madeira, bem como referentes à introdução de espécies adaptadas a diferentes condições climáticas e solos, para ampliar a produtividade na área florestal.

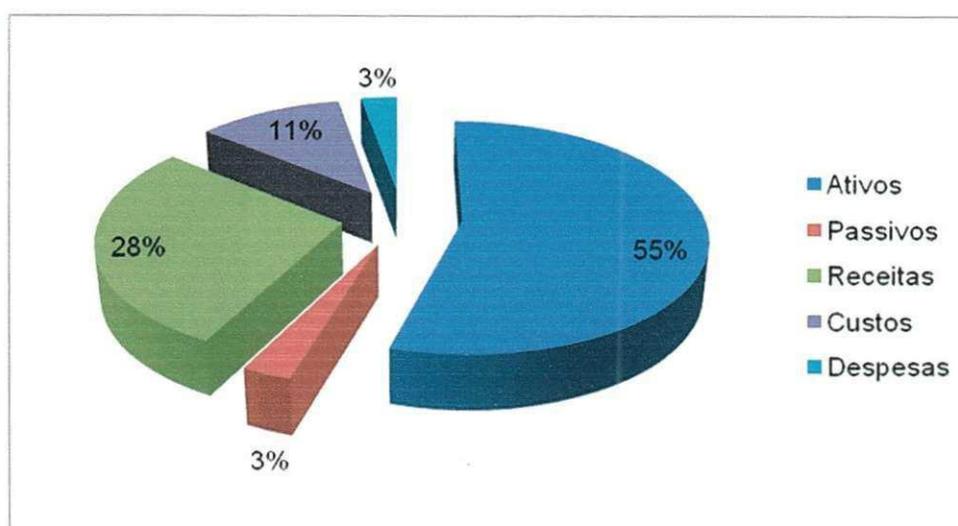
Destaca-se ainda que, no ativo ambiental, a Klabin investe em projetos ambientais como finalização do novo incinerador de gases não-condensáveis, troca de tubulação de lançamento de efluentes, conclusão do projeto para redução de ruídos na unidade de São Leopoldo (Rio Grande do Sul), entre outros, pois a companhia assim amplia a produtividade e qualidade competitiva na área florestal e gera racionalização de custos e conseqüentemente o respeito e a conservação do meio ambiente.

Constatou-se ainda que há um pouco menos evidências nos relatórios divulgados pela Klabin na BOVESPA, quanto aos itens referentes às receitas ambientais, haja vista que se pode destacar a redução de 36 m<sup>3</sup>/t do consumo de água e de 15% no volume de efluentes por tonelada produzida, o aproveitamento integral da biomassa, reduzindo resíduos sólidos e a venda de mudas, sementes e serviços.

Além disso, observou-se que o nível de evidenciação dos itens referentes aos custos, passivos e despesas ambientais é pequeno, somando 9%. Os custos apontados são os decorrentes da capacitação de professores para promover a educação ambiental e o passivo, dado em decorrência da compra de madeira a prazo.

As receitas ambientais estiveram associadas ao aproveitamento da água, redução do consumo de óleo e de efluentes, bem como o aproveitamento da biomassa, com destaque para a produção de Créditos de Carbono<sup>3</sup>, dada em virtude de sua venda para uma empresa europeia do setor de energia, o equivalente a 87 mil toneladas de CO<sub>2</sub>.

No que diz respeito à evidenciação dos itens ambientais, 55% dos elementos ambientais da Votorantim Celulose e Papel (VCP) referem-se aos ativos ambientais, seguido das receitas ambientais, com 28%, conforme pode ser visualizado no Gráfico 3.



**Gráfico 3 - Divulgação de itens ambientais da VCP**  
Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

Dentre os elementos relativos ao ativo ambiental, evidenciados pela VCP, destacam-se os investimentos em projetos ambientais no valor de R\$ 28,4 milhões, em aquisição de novos equipamentos, com destaque para os as ações que visam aprofundar o relacionamento com seus diversos públicos e promover melhorias ao meio ambiente, bem como em projetos que visam à expansão de área florestal e à qualificação dos ciclos de carbono em florestas naturais e aquelas plantadas mediante reflorestamento. Além desses elementos, observam-se a existência de uma matriz energética sustentável, projetos de eficiência energética e ambientais e a instalação de queimadores para baixar a emissão de nitrogênio.

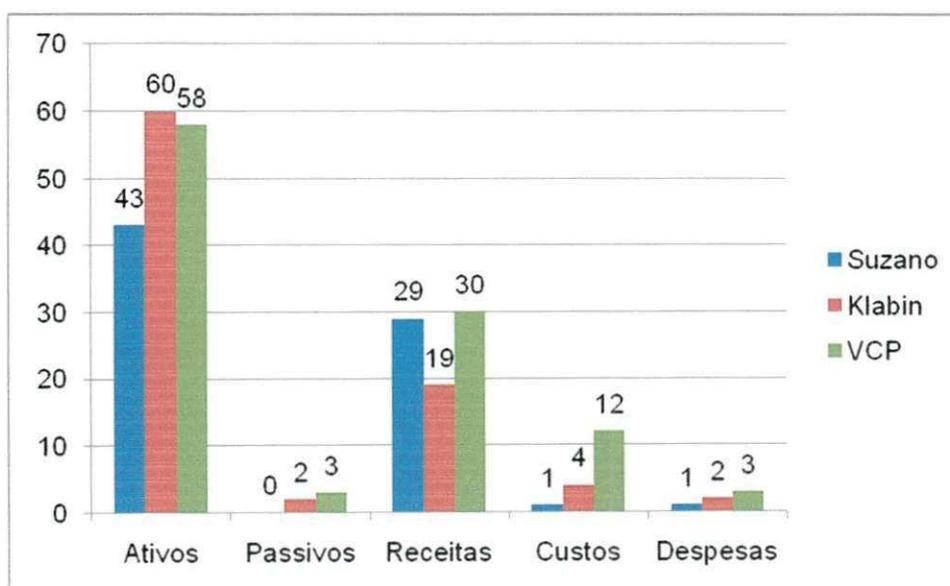
Em se tratando das receitas ambientais, destaque é dado à redução do descarte de resíduos industriais e melhoria da eficiência energética, bem como à redução na produção de tais resíduos e do peróxido de hidrogênio, além da captação de água, lançamento de

<sup>3</sup> Certificados vendidos para empresas que necessitam diminuir a emissão de gases causadores do efeito estufa, trazendo benefícios para a empresa e a sociedade ao combater o aquecimento global.

efluentes, venda de sementes, economia de energia, e 8.196 toneladas de CO<sub>2</sub> reaproveitado na Plantação de Carbonato de Cálcio Precipitado e, redução de 7.080 m<sup>3</sup>/dia de captação de água e lançamento de efluentes no Rio Paraíba do Sul.

Também merece destaque a evidenciação de custos ambientais, que se processam com a divulgação de gastos com reflorestamento já deduzidos para fins fiscais. Em menor proporção têm-se os itens referentes ao passivo e às despesas ambientais.

Fazendo um balanço geral entre as empresas em estudo, observa-se que os ativos são os elementos que mais têm sido evidenciados (Gráfico 4).



**Gráfico 4** - Divulgação de itens ambientais no segmento de Papel e Celulose  
Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

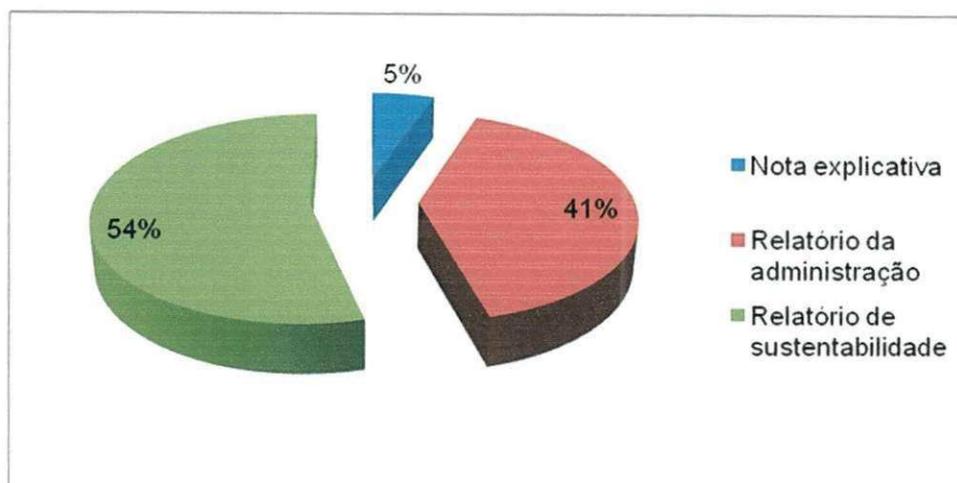
Analisando o Gráfico 4, constata-se ainda que além dos ativos ambientais, as receitas também têm se destacado em termos de evidenciação, seguidos pelos itens referentes aos custos, despesas e passivos ambientais, bem como que a VCP é a empresa do segmento de Papel e Celulose que tem evidenciado mais itens ambientais.

### 3.2 Instrumentos de divulgação

Depois de verificar a questão da evidenciação dos itens ambientais no processo de análise, observaram-se em qual instrumento essas informações estavam sendo apresentadas (RA, BP, DRE, NE e RS). Por sua vez, com o estudo, observou-se que os itens ambientais não

tem se apresentado junto às demonstrações contábeis (BP e DRE), mas em outros instrumentos de evidenciação de informações produzidas pela contabilidade, tais como NE, RA e RS.

Face ao exposto, pode-se observar no Gráfico 5, que o RS configura-se como o instrumento de evidenciação da Suzano, que apresenta o maior número de informações de caráter ambiental.



**Gráfico 5** - Divulgação de itens ambientais nos relatórios da Suzano  
Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

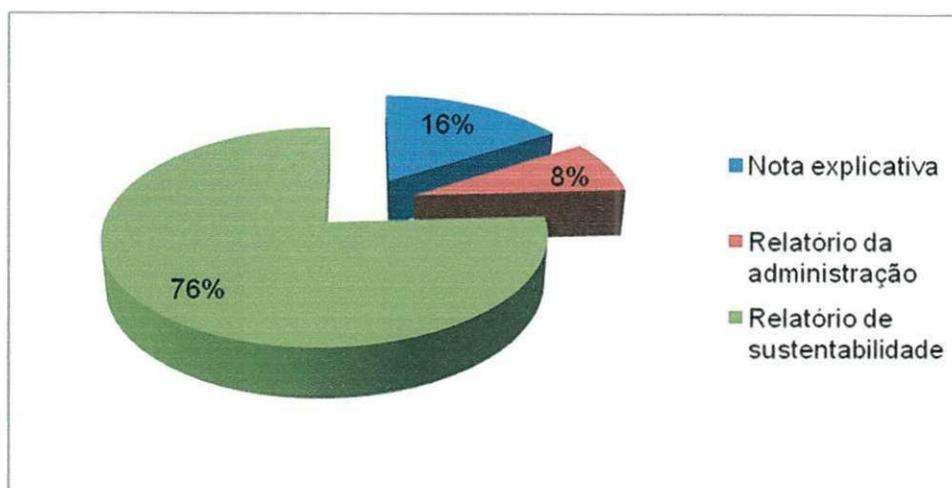
Nesse sentido, constatou-se que a Suzano evidencia 54% dos seus itens ambientais no RS, seguida do RA com 41%, estando as NE como instrumento que apresenta poucos elementos ambientais, com 5%. Todavia, cabe frisar que os itens evidenciados são pouco detalhados em virtude do RS servir de comunicação sobre o desempenho social, ambiental e econômico das organizações e, o segundo representar um conjunto de informações que os administradores fornecem aos diversos usuários, como acionistas, credores e comunidade em geral.

No que diz respeito às NE, verificou-se que as contas ambientais são divulgadas em menor grau, haja vista que o presente informativo busca evidenciar informações que não podem ser detalhadas nas demonstrações contábeis, sendo utilizada como um instrumento que permite a compreensão sobre a situação patrimonial de uma entidade, através do complemento de informações adicionais sobre as contas sintéticas.

A Suzano demonstra em seus relatórios a sua responsabilidade com o meio ambiente, uma vez que investe em programas de monitoramento e conservação ambiental da fauna e da flora e projetos de geração de renda local, como apicultura solidária e arranjos produtivos

locais que beneficiam o meio ambiente, promovendo a conciliação entre o desenvolvimento sustentável e o crescimento econômico.

A Klabin também prima pela divulgação de elementos ambientais junto aos RS e que representam 76% das informações expressas sobre a sua relação com o meio ambiente, como pode ser constatado no Gráfico 6.



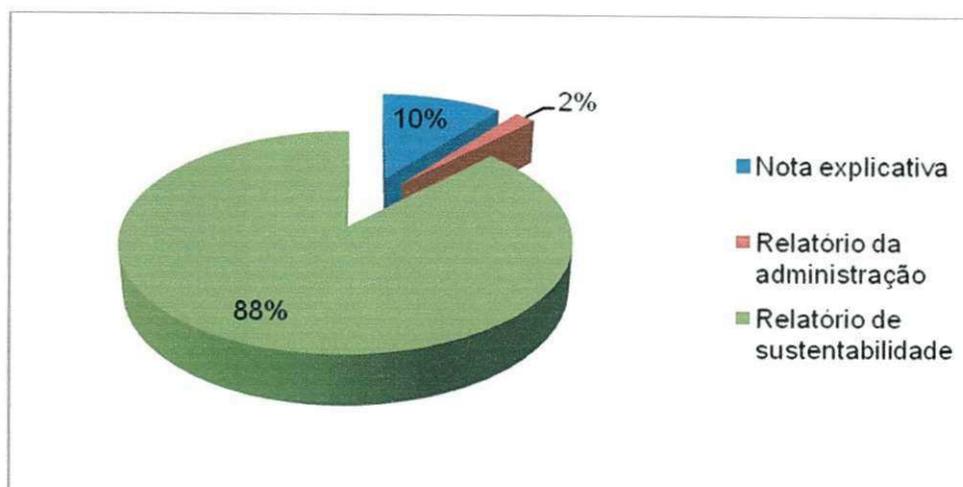
**Gráfico 6** - Divulgação de itens ambientais nos relatórios da Klabin  
Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

A Klabin se utilizou mais do RS para divulgar suas contas ambientais, uma vez que esse instrumento é usado quando se pretende mostrar as ações realizadas e os resultados da atuação da entidade, revelando o compromisso com o crescimento sustentável e com a criação de valores para os usuários das informações contábeis.

Por sua vez, as NE e o RA apesar de evidenciarem poucos itens ambientais, não deixam de ser importantes instrumentos de divulgação, uma vez que permitem auxiliar no processo de tomada de decisões por parte dos *stakeholders*.

A Klabin demonstra em suas divulgações que possui compromisso com a questão da preservação e redução de impactos ambientais, investindo em projetos de florestamento e reflorestamento, bem como em programas de monitoramento e conservação ambiental da flora e da fauna, como os programas Caiubi, Força Jovem Mirim, Protetores Ambientais, Fomento Florestal e Matas Legais, de modo a permitir que venha a crescer cada vez mais, de maneira sustentável e comprometida com os seus colaboradores, acionistas, clientes, fornecedores, meio ambiente e sociedade.

A VCP divulga 88% de suas informações ambientais no RS, como pode ser observado no Gráfico 7.

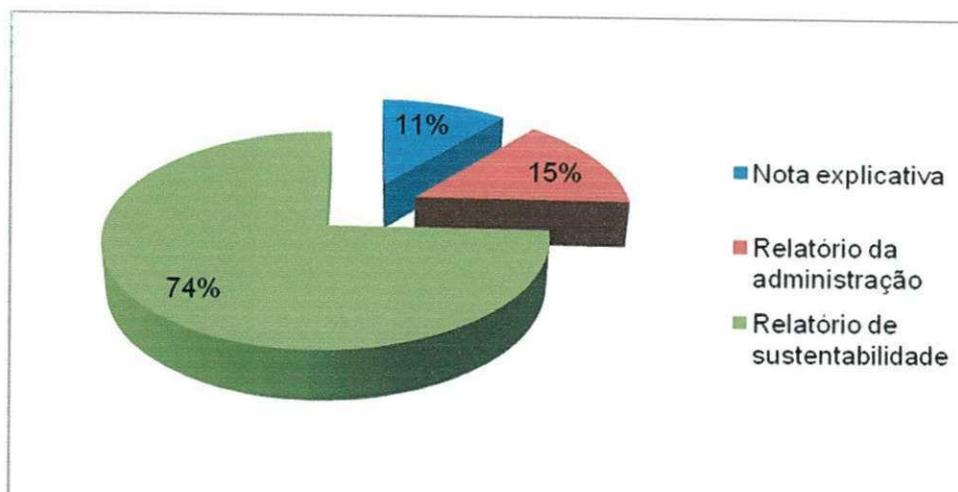


**Gráfico 7** - Divulgação de itens ambientais nos relatórios da VCP  
Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

Constatou-se que a VCP utilizou o RS como o principal meio para evidenciar seus itens ambientais, com o objetivo de mostrar a situação econômica mais próxima da realidade da entidade, com itens que integram a contabilidade ambiental, como programas e projetos ambientais, projetos para redução de energia, convênios ambientais, despesas com multas e indenizações ambientais, redução do consumo de água e efluentes, etc.

Apesar disso, a VCP procura complementar as informações contábeis mediante a utilização de instrumento como a NE e o RA, o que pode acabar por revelar o seu comprometimento com os usuários das informações contábeis.

Fazendo um apanhado sobre os instrumentos de evidenciação de itens ambientais, observa-se que o RS configura-se como o instrumento que evidencia mais itens relacionados ao meio ambiente (Gráfico 8).



**Gráfico 8** - Divulgação de itens ambientais nos relatórios do segmento de Papel e Celulose  
Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

Observa-se no Gráfico 8 que as empresas do segmento de Papel e Celulose utilizam o RS como meio de divulgação dos itens ambientais, um dispositivo de caráter não-obrigatório, mas que permite a apresentação de elementos que permitem uma maior transparência e veracidade, em termos de informações econômico-financeiras, que possam ser utilizadas no processo de tomada de decisão.

Além disso, cabe frisar que o RA, que tem por objetivo servir de meio de comunicação entre os gestores e o público externo, tem representado um subsídio informativo capaz de relatar informações relevantes sobre a empresa, sendo o mesmo utilizado como foco de divulgação de itens ambientais em 15% das necessidades de evidenciação.

Em referência as NE, nesta foram evidenciados 11% das contas ambientais, como forma de completar ou explicar informações relatadas nas demonstrações contábeis e assim permitir às companhias usufruírem de informações que auxiliem as empresas a desenvolverem suas atividades econômico-financeiras sem interrupções, garantindo assim a integridade do princípio contábil da continuidade.

Quanto às demonstrações e relatórios, observou-se que as empresas em estudo não apresentam uniformização ao divulgarem seus itens ambientais, uma vez que não se utilizam de um modelo padronizado para evidenciar as contas ambientais, o que não permite um estudo comparativo das informações relacionados à contabilidade ambiental, sendo alguns itens apresentados de forma pontual nas NE, RA e RS.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O meio ambiente vem sofrendo transformações causadas pela ação do homem, e órgãos públicos, particulares, nacionais e internacionais vêm questionando as atitudes humanas em relação à natureza. Diante disso, o objetivo do presente estudo consistiu em verificar se as maiores empresas do segmento de Papel e Celulose de 2008, denominadas pela REVISTA DINHEIRO, evidenciam informações relacionadas à contabilidade ambiental.

Para tanto, constatou-se que a VCP é a entidade do segmento de Papel e Celulose que mais evidencia itens ambientais, com destaque para os ativos ambientais que representam 55% dos elementos referentes à relação da empresa com o meio ambiente.

Com a análise dos relatórios verificou-se que existe evidenciação de itens contábeis ambientais, em termos de ativos, passivos, custos, despesas e receitas. Além disso, o instrumento com maior número de evidenciações foi o RS, que abarcou 74% dos itens ambientais. Contudo, as demonstrações contábeis não apresentaram itens ambientais em sua conjuntura e esse fato pode ter ocorrido em virtude desses instrumentos serem sintéticos e não distinguirem as contas ambientais das demais.

As maiores empresas do segmento de papel e celulose vêm divulgando suas informações ambientais principalmente no RS, mas utilizam outros meios, como o RA e as NE, com o intuito de fornecer informações ambientais capazes de mostrar o inter-relacionamento entre o meio ambiente e a entidade.

Observou-se ainda que apesar das empresas do segmento de Papel e Celulose procurarem evidenciar os itens ambientais de forma voluntária, junto aos RS, muito se tem a evoluir, no sentido de proporcionar a transparência e qualidade no processo de divulgação de informações contábeis ambientais, de modo que se permita a comparabilidade.

Atualmente as empresas não apresentam um modelo padronizado de divulgação que permita um estudo comparativo das informações contábeis, mas apresentam itens semelhantes, como os indicadores de desempenho social e ambiental, suas estratégias e gestão ambiental.

Nesse sentido, recomenda-se que as empresas do segmento de Papel e Celulose analisem as possibilidades de incluírem em seus instrumentos de divulgação obrigatórios informações pertinentes a sua atuação com o meio ambiente, bem como que a mesma possa ser realizada primando pela qualidade e clareza da informação.

Além disso, recomenda-se que outros estudos possam ser desenvolvidos no sentido de averiguar se as empresas e órgãos regulamentadores estão trabalhando com o intuito de elaborar demonstrativos que primem pela divulgação de itens ambientais que atendam as características qualitativas da informação contábil.

## REFERÊNCIAS

BRAGA, Célia (org.) et al. **Contabilidade ambiental: ferramenta para a gestão da sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2007.

BEUREN, Ilse Maria (org.) et al. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BOVESPA. **Demonstrativos Financeiros. Sistemas de Divulgação Externa – Microsoft Internet Explorer**. Disponível em < <http://www.bovespa.com.br/Principal.asp>>. Acesso em: 02 nov. 2009.

BRASIL. **Medida Provisória n. 449/08. Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários, concede remissão nos casos em que específica, institui regime tributário de transição, e dá outras providências**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 04 dez. 2008. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/>>. Acesso em 02 nov. 2009.

BRASIL. **Lei n. 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 28 dez. 2007. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/>>. Acesso em: 02 nov. 2009.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil. 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm)>. Acesso em 16 nov. 2009.

BRASIL. **Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 02 set. 1981. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm)>. Acesso em 16 nov. 2009.

BRASIL. **Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 17 dez. 1976. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/>>. Acesso em: 02 nov. 2009.

CARVALHO, Gardênia Maria Braga de. **Contabilidade ambiental**. Curitiba: Juruá, 2007.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Princípios fundamentais de contabilidade e normas brasileiras de contabilidade**. 2. ed. Brasília: CFC, 2000.

DELIBERAÇÃO CVM n. 539/08. **Aprova o Pronunciamento Conceitual Básico do CPC que dispõe sobre a Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis**. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/>>. Acesso em 02 nov. 2009.

DELIBERAÇÃO CVM n. 488/05. **Aprova o Pronunciamento do IBRACON NPC nº 27 sobre Demonstrações Contábeis - Apresentação e Divulgação.** Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/>>. Acesso em 02 nov. 2009.

DIAS, Reinaldo. **Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade.** São Paulo: Atlas, 2009.

DINHEIRO. **Melhores da Dinheiro.** São Paulo: Três Editorial Ltda., Edição especial, ago. 2009.

FERREIRA, Ricardo J. **Contabilidade avançada e intermediária.** 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Ferreira, 2004.

FIPECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras. **Caderno de Estudos**, 10 v. São Paulo: 1998.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDÁ, Michael F. **Teoria da contabilidade.** Tradução de Antônio Zoratto Sanvicente. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Introdução à teoria da contabilidade para o nível de graduação.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável às demais sociedades.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LOPES, Alexandro Broedel. MARTINS, Eliseu. **Teoria da contabilidade: uma nova abordagem.** São Paulo: Atlas, 2005.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial.** 13. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINS, Eliseu; RIBEIRO, Maisa de Sousa. **A informação como instrumento de contribuição da contabilidade para a compatibilização do desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente.** IBRACON – Instituto Brasileiro de Contadores, Boletim nº 2008, set. 1995.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de metodologia da pesquisa científica.** São Paulo: Atlas, 2007.

PAIVA, Paulo Roberto de. **Contabilidade ambiental: evidenciação dos gastos ambientais com transparência e focada na prevenção.** São Paulo: Atlas, 2006.

SÁ, Juciane de Andrade. **Responsabilidade ambiental e a evidenciação contábil: um estudo da empresa Petrobras S/A no período de 2005 a 2007.** 2008. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Sousa.

SANTOS, Ariovaldo dos. **Demonstração do valor adicionado: como elaborar e analisar a DVA.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SANTOS, José Luiz dos; SCHMIDT, Paulo; MARTINS, Marco Antonio. **Fundamentos de análise das demonstrações contábeis.** São Paulo: Atlas, 2006, 21 v.

SANTOS, José Luiz dos; SCHMIDT, Paulo. **Contabilidade societária: atualizado pela lei nº 10.303/01.** São Paulo: Atlas, 2002.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade: orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanco social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações.** São Paulo: Atlas, 2008.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e gestão ambiental.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

YAMAMOTO, Marina Mitiyo; SALOTTI, Bruno Meirelles. **Informação contábil: estudos sobre a sua divulgação no mercado de capitais.** São Paulo: Atlas, 2006.

### APÊNDICE – Instrumento de coleta

Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Nota Explicativa, Relatório da Administração, Relatório de Sustentabilidade

EMPRESA: \_\_\_\_\_

<b>ATIVO AMBIENTAL</b>	<b>QUANT.</b>
Amortização acumulada ambiental	
Benfeitorias ambientais	
Depreciação acumulada ambiental	
Desenvolvimento de produtos ecológicos	
Equipamentos ambientais	
Estoque de matérias-primas ambientais	
Estoques de produtos acabados/reciclados	
Estoques de produtos em processos ambientais	
Exaustão acumulada ambiental	
Filtros ambientais	
Florestamento e reflorestamento ambiental	
Florestamento e reflorestamento para proteção do meio ambiente	
Investimento em gestão ambiental	
Investimentos em áreas de conservação ambiental	
Investimentos em máquinas e equipamentos ambientais	
Investimentos em unidades florestais	
Obras e instalações ambientais	
Pesquisas ambientais	
Programas e projetos ambientais	
Projetos para redução de energia	
Projetos para utilização/reutilização de água	
Reserva florestal	
Tecnologia ambiental	
Treinamento ambiental	
<b>TOTAL</b>	

<b>PASSIVO AMBIENTAL</b>	<b>QUANT.</b>
Acidentes ambientais	
Convênios ambientais	
Financiamentos ambientais	
Fornecedores de bens ambientais	
Indenizações ambientais	
Obrigações fiscais ambientais a pagar	
Resíduo sólido	
Resíduo não tóxico	
Resíduos para produção de energia	
Resíduos tóxicos	
<b>TOTAL</b>	

<b>CUSTOS AMBIENTAIS</b>	<b>QUANT.</b>
Custo com controle de emissão de resíduos	
Custo com recuperação de áreas degradadas	
Custos com treinamento ambiental	
Gastos com despesas ambientais	
Gastos com reflorestamento	
<b>TOTAL</b>	

<b>DESPESAS AMBIENTAIS</b>	<b>QUANT.</b>
Despesa com multas e indenizações ambientais	
Despesa com o tratamento de efluentes	
Despesa com Programa de Educação Ambiental	
Despesa com proteção/conservação ou preservação ambiental	
Despesa com recuperação ambiental	
Seguros ambientais	
<b>TOTAL</b>	

<b>RECEITAS AMBIENTAIS</b>	<b>QUANT.</b>
Aproveitamento de biomassa	
Aproveitamento de resíduos industriais	
Redução do consumo de água e efluentes	
Redução do consumo de óleo	
Redução no consumo de energia	
Redução no consumo de matérias-primas	
Reutilização e reciclagem de matérias renováveis e recicláveis	
Venda de biomassa	
Venda de créditos de carbono	
Venda de resíduos	
Venda de seus subprodutos	
<b>TOTAL</b>	

## ANEXO

## Relatórios contábeis (CIA. SUZANO PAPEL E CELULOSE)

## CIA. SUZANO PAPEL E CELULOSE

## Grupo 02 - Balanço Patrimonial - 01 - Ativo

| 01 - Ativo | 02 - Passivo |



(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2006
1	Ativo Total	12.817.603	11.193.701	9.679.286
1.01	Ativo Circulante	4.340.317	2.844.864	2.518.808
1.01.01	Disponibilidades	1.921.063	1.059.625	1.116.180
1.01.01.01	Caixa e equivalente de caixa	1.921.063	1.059.625	1.116.180
1.01.02	Créditos	1.391.670	922.952	808.538
1.01.02.01	Clientes	1.391.670	922.952	808.538
1.01.02.02	Créditos Diversos	0	0	0
1.01.03	Estoques	585.867	541.491	432.798
1.01.04	Outros	441.717	320.796	161.292
1.01.04.01	Impostos e contrib.sociais a compensar	333.700	229.816	63.920
1.01.04.02	Impostos e contrib.sociais diferidos	60.766	26.679	41.185
1.01.04.03	Outras contas a receber	40.723	43.804	30.116
1.01.04.04	Dividendos a receber	0	0	13.994
1.01.04.05	Despesas antecipadas	4.411	3.189	5.282
1.01.04.06	Empresas relacionadas	380	0	0
1.01.04.08	Ganhos em operações com derivativos	1.737	17.308	6.795
1.02	Ativo Não Circulante	8.477.286	8.348.837	7.160.478
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.184.169	905.768	413.966
1.02.01.01	Créditos Diversos	796.635	648.550	223.236
1.02.01.01.01	Impostos e contrib.sociais a compensar	152.436	164.545	89.022
1.02.01.01.02	Impostos e contrib.sociais diferidos	644.199	484.005	134.214
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	49.083	16.894	2.127
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	49.083	16.331	2.127
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	563	0
1.02.01.03	Outros	338.451	240.324	188.603
1.02.01.03.01	Adiantamentos a fornecedores	215.632	173.472	150.286
1.02.01.03.02	Depósitos judiciais	90.020	26.324	25.342
1.02.01.03.03	Outras contas a receber	32.222	40.528	12.871
1.02.01.03.06	Ganhos em operações com derivativos	577	0	104
1.02.02	Ativo Permanente	7.293.117	7.443.069	6.746.512
1.02.02.01	Investimentos	240.311	867.420	987.132
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	515	497
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0	0

1.02.02.01.03	Participações em Controladas	232.273	848.589	968.034
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	8.038	18.316	18.601
1.02.02.02	Imobilizado	6.551.349	5.995.148	5.028.940
1.02.02.03	Intangível	501.457	580.501	730.440
1.02.02.04	Diferido	0	0	

## CIA. SUZANO PAPEL E CELULOSE

### Grupo 02 - Balanço Patrimonial - 02 - Passivo

| 01 - Ativo | 02 - Passivo |



(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2006
2	Passivo Total	12.817.603	11.193.701	9.679.286
2.01	Passivo Circulante	2.256.326	1.277.455	885.766
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.690.813	608.226	483.959
2.01.02	Debêntures	32.863	36.081	29.284
2.01.03	Fornecedores	219.067	311.892	197.095
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	29.604	36.768	33.731
2.01.04.01	Impostos a vencer	10.130	18.867	18.159
2.01.04.02	Imposto de renda e contribuição social	0	0	15.572
2.01.04.03	Impostos e contribuições soc diferidos	19.474	17.901	0
2.01.05	Dividendos a Pagar	470	65.089	50.999
2.01.06	Provisões	0	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	15.917	124.763	563
2.01.08	Outros	267.592	94.636	90.135
2.01.08.01	Remunerações e encargos a pagar	72.008	51.527	43.534
2.01.08.02	Contas a pagar	45.545	34.090	41.006
2.01.08.04	Perdas em operações com derivativos	150.039	9.019	5.595
2.02	Passivo Não Circulante	6.786.314	5.519.785	4.758.339
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	6.786.314	5.519.785	4.758.339
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	4.907.536	4.018.363	3.818.810
2.02.01.02	Debêntures	804.056	709.439	712.736
2.02.01.03	Provisões	266.349	169.325	204.765
2.02.01.03.01	Provisão para contingências	262.767	148.246	200.186
2.02.01.03.02	Plano de remuneração baseado em ações	3.582	21.079	4.579
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	116.850	0	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0
2.02.01.06	Outros	691.523	622.658	22.028
2.02.01.06.01	Contas a pagar	3.321	4.169	5.016
2.02.01.06.02	Imposto de renda e contrib social	13.200	12.071	0
2.02.01.06.03	Impostos e contrib sociais diferidos	623.350	601.745	17.012
2.02.01.06.05	Perdas em operações com derivativos	51.652	4.673	0

2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	3.774.963	4.396.461	4.035.181
2.05.01	Capital Social Realizado	2.054.430	2.054.427	2.054.388
2.05.02	Reservas de Capital	210.432	397.150	397.150
2.05.02.01	Incentivos fiscais	303.507	303.507	303.507
2.05.02.02	Especial de ágio na incorporação	108.723	108.723	108.723
2.05.02.03	Ações em tesouraria	(201.798)	(15.080)	(15.080)
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	1.510.101	1.944.884	1.583.643
2.05.04.01	Legal	149.315	149.315	122.343
2.05.04.02	Estatutária	1.360.786	1.795.569	1.461.300
2.05.04.02.01	Reserva para aumento de capital	1.179.532	1.614.315	1.315.170
2.05.04.02.02	Reserva estatutária especial	181.254	181.254	146.130
2.05.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	0
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	

## CIA. SUZANO PAPEL E CELULOSE

## Grupo 03 - Demonstração do Resultado - 01 - Demonstração do Resultado

| 01 - Demonstração do Resultado | 02 - Lucro ou Prejuízo por Ação |



(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	01/01/2008 a 31/12/2008	01/01/2007 a 31/12/2007	01/01/2006 a 31/12/2006
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	4.879.104	3.789.547	3.107.038
3.02	Deduções da Receita Bruta	(582.982)	(533.892)	(424.965)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	4.296.122	3.255.655	2.682.073
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(2.651.148)	(2.041.059)	(1.557.092)
3.05	Resultado Bruto	1.644.974	1.214.596	1.124.981
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(2.228.901)	(421.289)	(528.420)
3.06.01	Com Vendas	(408.697)	(310.458)	(261.056)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(216.070)	(177.433)	(195.911)
3.06.02.01	Despesas gerais e administrativas	(174.725)	(154.201)	(168.791)
3.06.02.02	Honorários da administração	(41.345)	(23.232)	(27.120)
3.06.03	Financeiras	(1.414.938)	263.251	(38.909)

3.06.03.01	Receitas Financeiras	625.523	127.578	66.922
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(2.040.461)	135.673	(105.831)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	12.782	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(79.044)	(181.350)	(60.401)
3.06.05.01	Outras despesas operacionais	0	(97.591)	(5.718)
3.06.05.02	Amortização de ágio	(79.044)	(83.759)	(54.683)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	(122.934)	(15.299)	27.857
3.07	Resultado Operacional	(583.927)	793.307	596.561
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	1.360
3.08.01	Receitas	0	0	1.360
3.08.02	Despesas	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	(583.927)	793.307	597.921
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	149.144	(256.621)	(142.607)
3.11	IR Diferido	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	(434.783)	536.686	

#### CIA. SUZANO PAPEL E CELULOSE

##### Grupo 03 - Demonstração do Resultado - 02 - Lucro ou Prejuízo por Ação

| 01 - Demonstração do Resultado | 02 - Lucro ou Prejuízo por Ação |



	Último Exercício 01/01/2008 a 31/12/2008	Penúltimo Exercício 01/01/2007 a 31/12/2007	Antepenúltimo Exercício 01/01/2006 a 01/01/2006
Nº Ações, Ex-Tesouraria (Mil)	306.516	313.124	313.122
Lucro por Ação (Reais)		1,71397	1,45411
Prejuízo por Ação (Reais)	(1,41847)		

## ANEXO

## Relatórios contábeis (KLABIN S.A.)

KLABIN S.A.

## Grupo 02 - Balanço Patrimonial - 01 - Ativo

| 01 - Ativo | 02 - Passivo |



(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2006
1	Ativo Total	8.246.161	7.682.983	6.030.336
1.01	Ativo Circulante	3.188.923	3.008.132	3.086.276
1.01.01	Disponibilidades	1.639.078	2.076.063	2.236.409
1.01.01.01	Caixa e bancos	101.533	214.720	29.166
1.01.01.02	Aplicações financeiras	1.130.024	1.861.343	2.207.243
1.01.01.03	Títulos e valores mobiliários	407.521	0	0
1.01.02	Créditos	672.469	451.167	401.187
1.01.02.01	Clientes	672.469	451.167	401.187
1.01.02.01.01	Contas a receber	652.720	540.673	536.741
1.01.02.01.02	Cambiais e duplicatas descontadas	(17.832)	(89.452)	(126.763)
1.01.02.01.03	Provisão contas de liquidação duvidosa	(17.869)	(25.687)	(26.397)
1.01.02.01.04	Empresas controladas	55.450	25.633	17.606
1.01.02.02	Créditos Diversos	0	0	0
1.01.03	Estoques	421.818	327.432	264.448
1.01.04	Outros	455.558	153.470	184.232
1.01.04.01	Impostos e contribuições a recuperar	322.113	64.317	127.778
1.01.04.02	Despesas antecipadas terceiros	12.464	12.356	9.666
1.01.04.03	Despesas antecipadas empr controladora	18.790	15.473	7.434
1.01.04.04	Adiantamento a fornecedores - controls	57.208	0	0
1.01.04.05	Demais contas a receber	44.983	61.324	39.354
1.02	Ativo Não Circulante	5.057.238	4.674.851	2.944.060
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	700.181	583.965	299.481
1.02.01.01	Créditos Diversos	0	0	0
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	5.495	7.112	787
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	5.495	7.112	787
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.01.03	Outros	694.686	576.853	298.694
1.02.01.03.01	Imp renda a contrib social diferidos	311.832	69.203	108.457
1.02.01.03.02	Depósitos judiciais	78.598	83.495	92.457
1.02.01.03.03	Impostos a compensar	206.514	367.482	52.278
1.02.01.03.04	Despesas antecipadas	5.105	6.574	5.324
1.02.01.03.05	Demais contas a receber	92.637	50.099	40.178
1.02.02	Ativo Permanente	4.357.057	4.090.886	2.644.579
1.02.02.01	Investimentos	609.024	369.039	227.847

1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0	0
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	600.334	360.535	225.723
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	8.690	8.504	2.124
1.02.02.02	Imobilizado	3.700.792	3.663.692	2.416.577
1.02.02.03	Intangível	47.241	58.155	155
1.02.02.04	Diferido	0	0	0

**KLABIN S.A.**

**Grupo 02 - Balanço Patrimonial - 02 - Passivo**

| 01 - Ativo | 02 - Passivo |



(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2006
2	Passivo Total	8.246.161	7.682.983	6.030.336
2.01	Passivo Circulante	879.016	963.681	1.098.853
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	479.262	243.309	285.548
2.01.02	Debêntures	0	0	320.552
2.01.03	Fornecedores	209.916	364.647	204.356
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	38.115	70.218	30.009
2.01.04.01	Impostos a recolher	38.115	41.009	22.982
2.01.04.02	Imposto de renda e contribuição social	0	29.209	7.027
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	120.002	110.003
2.01.06	Provisões	0	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	51.030	52.062	40.918
2.01.08	Outros	100.693	113.443	107.467
2.01.08.01	Salários, férias e encargos sociais	58.666	67.746	62.956
2.01.08.02	Demais contas a pagar	42.027	45.697	44.511
2.02	Passivo Não Circulante	5.120.130	4.005.711	2.474.332
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	5.120.130	4.005.711	2.474.332
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	4.971.637	3.862.226	2.386.522
2.02.01.02	Debêntures	0	0	0
2.02.01.03	Provisões	0	0	0
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0
2.02.01.06	Outros	148.493	143.485	87.810
2.02.01.06.01	Imp renda e contrib social diferidos	2.292	5.444	1.384
2.02.01.06.02	Provisão para contingências	64.193	49.922	44.737
2.02.01.06.03	Demais contas a pagar	82.008	88.119	41.689
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	2.247.015	2.713.591	2.457.151
2.05.01	Capital Social Realizado	1.500.000	1.500.000	1.100.000
2.05.02	Reservas de Capital	84.491	84.574	84.879
2.05.02.01	Correção monetária especial Lei 8200/91	83.986	83.986	83.986
2.05.02.02	Incentivos fiscais	505	588	893

2.05.03	Reservas de Reavaliação	81.016	83.117	85.220
2.05.03.01	Ativos Próprios	81.016	83.117	85.220
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	581.817	1.052.182	1.190.672
2.05.04.01	Legal	143.022	143.022	111.951
2.05.04.02	Estatutária	518.605	982.861	1.104.600
2.05.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	(79.810)	(73.701)	(25.879)
2.05.04.07.01	Ações em tesouraria	(79.810)	(73.701)	(25.879)
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	(309)	(6.282)	0
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	(309)	(6.282)	0
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	(3.620)
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0

#### KLABIN S.A.

#### Grupo 03 - Demonstração do Resultado - 01 - Demonstração do Resultado

| 01 - Demonstração do Resultado | 02 - Lucro ou Prejuízo por Ação |



(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	01/01/2008 a 31/12/2008	01/01/2007 a 31/12/2007	01/01/2006 a 31/12/2006
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	3.691.511	3.341.081	3.636.520
3.02	Deduções da Receita Bruta	(602.571)	(555.592)	(521.014)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	3.088.940	2.785.489	3.115.506
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(2.472.127)	(2.132.896)	(2.420.997)
3.05	Resultado Bruto	616.813	652.593	694.509
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(1.216.572)	146.681	(121.895)
3.06.01	Com Vendas	(315.988)	(261.680)	(268.385)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(180.884)	(176.621)	(173.433)
3.06.03	Financeiras	(907.598)	349.997	129.436
3.06.03.01	Receitas Financeiras	300.513	234.857	345.069
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(1.208.111)	115.140	(215.633)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	48.952	8.675	38.911
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(31.159)	(5.649)	(78.123)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	170.105	231.959	229.699
3.07	Resultado Operacional	(599.759)	799.274	572.614
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0

3.08.02	Despesas	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	(599.759)	799.274	572.614
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	251.113	(139.600)	(5.192)
3.11	IR Diferido	0	(56.051)	(93.930)
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	(348.646)	603.623	473.492

## KLABIN S.A.

**Grupo 03 - Demonstração do Resultado - 02 - Lucro ou Prejuízo por Ação**

| 01 - Demonstração do Resultado | 02 - Lucro ou Prejuízo por Ação |



	Último Exercício 01/01/2008 a 31/12/2008	Penúltimo Exercício 01/01/2007 a 31/12/2007	Antepenúltimo Exercício 01/01/2006 a 01/01/2006
Nº Ações, Ex-Tesouraria (Mil)	900.775	902.683	911.926
Lucro por Ação (Reais)		0,66870	0,51922
Prejuízo por Ação (Reais)	(0,38705)		

## ANEXO

## Relatórios contábeis (VOTORANTIM CELULOSE E PAPEL S.A.)

## VOTORANTIM CELULOSE E PAPEL S.A.

## Grupo 02 - Balanço Patrimonial - 01 - Ativo

| 01 - Ativo | 02 - Passivo |



(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2006
1	Ativo Total	8.923.927	8.789.360	8.965.152
1.01	Ativo Circulante	1.397.913	1.214.740	1.762.522
1.01.01	Disponibilidades	367.832	579.167	762.710
1.01.01.01	Caixa e equivalentes de caixa	367.832	579.167	762.710
1.01.02	Créditos	211.603	216.562	301.778
1.01.02.01	Clientes	211.603	216.562	301.778
1.01.02.02	Créditos Diversos	0	0	0
1.01.03	Estoques	335.828	249.061	341.135
1.01.04	Outros	482.650	169.950	356.899
1.01.04.01	Impostos a recuperar	146.608	107.260	187.891
1.01.04.02	Impostos diferidos	99.539	13.514	98.324
1.01.04.03	Demais contas a receber e outros ativos	236.503	49.176	70.684
1.02	Ativo Não Circulante	7.526.014	7.574.620	7.202.630
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	831.406	406.198	372.372
1.02.01.01	Créditos Diversos	159.577	120.017	227.631
1.02.01.01.01	Depósitos judiciais	0	0	4.446
1.02.01.01.02	Impostos a recuperar	159.577	120.017	52.882
1.02.01.01.03	Aplicações financeiras	0	0	170.303
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.01.03	Outros	671.829	286.181	144.741
1.02.01.03.01	Impostos diferidos	622.872	199.724	115.977
1.02.01.03.02	Vr.a receber p/alienação de investimento	46.671	59.118	0
1.02.01.03.03	Demais contas a receber	2.286	27.339	28.764
1.02.02	Ativo Permanente	6.694.608	7.168.422	6.830.258
1.02.02.01	Investimentos	2.253.484	3.317.261	1.984.636
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0	0
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	4.034.303	5.097.546	1.983.921
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	181	715	715
1.02.02.01.06	Deságio decorrente da permuta de ativos	(1.781.000)	(1.781.000)	0

1.02.02.02	Imobilizado	3.931.365	3.228.998	3.994.918
1.02.02.03	Intangível	509.759	576.744	775.012
1.02.02.04	Diferido	0	45.419	

**VOTORANTIM CELULOSE E PAPEL S.A.**
**Grupo 02 - Balanço Patrimonial - 02 - Passivo**

| 01 - Ativo | 02 - Passivo |



(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2006
2	Passivo Total	8.923.927	8.789.360	8.965.152
2.01	Passivo Circulante	1.988.757	924.629	1.166.217
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.502.509	278.237	415.733
2.01.02	Debêntures	0	0	0
2.01.03	Fornecedores	136.771	240.403	227.042
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	5.205	5.241	54.570
2.01.04.01	Impostos e taxas a recolher	5.205	5.241	54.570
2.01.05	Dividendos a Pagar	805	322.516	275.331
2.01.05.01	Dividendos e juros sobre capital próprio	805	322.516	275.331
2.01.06	Provisões	0	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.01.08	Outros	343.467	78.232	193.541
2.01.08.01	Adiant. control/Mútuo a pagar-Cia.Ligadas	14.875	16.018	3.548
2.01.08.02	Salários e encargos sociais	46.831	38.048	42.368
2.01.08.03	Obrigações com instrumentos derivativos	224.747	7.478	122.311
2.01.08.04	Demais contas a pagar	57.014	16.688	25.314
2.02	Passivo Não Circulante	2.784.765	2.226.477	2.680.219
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	2.784.765	2.226.477	2.680.219
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.971.178	1.514.205	1.610.894
2.02.01.01.01	Financiamentos	1.971.178	1.514.205	1.610.894
2.02.01.02	Debêntures	0	0	0
2.02.01.03	Provisões	71.704	71.494	121.605
2.02.01.03.01	Provisão para contingências	71.704	71.494	121.605
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	671.888	597.814	801.750
2.02.01.04.01	Mútuo com controlada no exterior	671.888	597.814	801.750
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0
2.02.01.06	Outros	69.995	42.964	145.970
2.02.01.06.01	Impostos diferidos	4.819	0	0
2.02.01.06.02	Obrigações com instrumentos derivativos	7.818	0	94.404
2.02.01.06.03	Demais contas a pagar	57.358	42.964	51.566
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	4.150.405	5.638.254	5.118.716
2.05.01	Capital Social Realizado	3.052.211	3.052.211	3.052.211
2.05.02	Reservas de Capital	2.687	84.075	84.290

2.05.03	Reservas de Reavaliação	12.073	14.070	16.304
2.05.03.01	Ativos Próprios	12.073	14.070	16.304
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	1.083.434	2.487.898	1.965.911
2.05.04.01	Legal	248.193	248.193	206.320
2.05.04.02	Estatutária	0	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	835.241	2.240.476	1.760.653
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	(771)	(1.062)
2.05.04.07.01	Ações em tesouraria	0	(771)	(1.062)
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	0
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	

#### VOTORANTIM CELULOSE E PAPEL S.A.

##### Grupo 03 - Demonstração do Resultado - 01 - Demonstração do Resultado

| 01 - Demonstração do Resultado | 02 - Lucro ou Prejuízo por Ação |



(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	01/01/2008 a 31/12/2008	01/01/2007 a 31/12/2007	01/01/2006 a 31/12/2006
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	2.702.965	2.627.679	2.965.875
3.02	Deduções da Receita Bruta	(431.689)	(382.485)	(423.100)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	2.271.276	2.245.194	2.542.775
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(1.766.387)	(1.682.333)	(1.780.116)
3.05	Resultado Bruto	504.889	562.861	762.659
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(2.296.365)	122.067	(140.958)
3.06.01	Com Vendas	(209.428)	(214.540)	(192.196)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(131.452)	(123.832)	(133.879)
3.06.02.01	Gerais e Administrativas	(125.889)	(115.778)	(126.640)
3.06.02.02	Honorários da diretoria	(5.563)	(8.054)	(7.239)
3.06.03	Financeiras	(1.681.580)	209.720	(72.631)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	1.180.494	1.246.640	505.196
3.06.03.01.01	Receitas Financeiras	62.542	162.547	177.119
3.06.03.01.02	Variações monetárias e cambiais ativas	1.117.952	1.084.093	328.077
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(2.862.074)	(1.036.920)	(577.827)
3.06.03.02.01	Despesas Financeiras	(338.544)	(282.079)	(234.141)
3.06.03.02.02	Variações monetárias e cambiais passivas	(2.523.530)	(754.841)	(343.686)

3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(89.523)	(211.611)	(75.729)
3.06.05.01	Outras Despesas Operacionais	(19.587)	(21.957)	(20.713)
3.06.05.02	Amortização do Ágio	(69.936)	(189.654)	(55.016)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	(184.382)	462.330	333.477
3.07	Resultado Operacional	(1.791.476)	684.928	621.701
3.08	Resultado Não Operacional	(2.863)	151.747	(14.531)
3.08.01	Receitas	0	151.747	0
3.08.02	Despesas	(2.863)	0	(14.531)
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	(1.794.339)	836.675	607.170
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	0	0	0
3.11	IR Diferido	495.125	787	22.931
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	(1.299.214)	837.462	

#### VOTORANTIM CELULOSE E PAPEL S.A.

##### Grupo 03 - Demonstração do Resultado - 02 - Lucro ou Prejuízo por Ação

| 01 - Demonstração do Resultado | 02 - Lucro ou Prejuízo por Ação |



	Último Exercício 01/01/2008 a 31/12/2008	Penúltimo Exercício 01/01/2007 a 31/12/2007	Antepenúltimo Exercício 01/01/2006 a 01/01/2006
Nº Ações, Ex-Tesouraria (Mil)	201.361	204.116	204.114
Lucro por Ação (Reais)		4,10287	3,08701
Prejuízo por Ação (Reais)	(6,45216)		